

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**GIOVANNA DE LIMA GRANGEIRO**

**UM ESTUDO SOBRE MANIFESTAÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS NO RECIFE  
(2013-2016): entre as “jornadas de junho” e o impeachment de Dilma Rousseff**

**RECIFE – PE**

**2023**

**GIOVANNA DE LIMA GRANGEIRO**

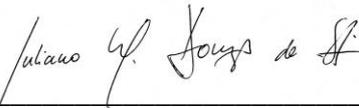
**UM ESTUDO SOBRE MANIFESTAÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS NO RECIFE  
(2013-2016): entre as “jornadas de junho” e o impeachment de Dilma Rousseff**

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Juliano M. Domingues da Silva

**GIOVANNA DE LIMA GRANGEIRO**

**UM ESTUDO SOBRE MANIFESTAÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS NO RECIFE  
(2013-2016): entre as “jornadas de junho” e o impeachment de Dilma Rousseff**



---

Orientador Dr. Juliano M. Domingues da Silva



---

Professor Dr. Helder Remigio de Amorim



---

Professor Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela

Recife, 22 de outubro de 2023.

G757e Grangeiro, Giovanna de Lima.  
Um estudo sobre manifestações antidemocráticas : entre as  
Jornadas de junho e o impeachment de Dilma Rousseff-Recife,  
2013-2016 / Giovanna de Lima Grangeiro, 2023.  
53 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de  
Mestrado Profissional em História.

1. Recife - História, 2013-2016. 2. Movimentos de protesto. |  
3. Análise do discurso. 4. Mídia social. I. Título.

CDU 981.341

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Um estudo sobre manifestações antidemocráticas no Recife (2013-2016): entre as  
"jornadas de junho" e o impeachment de Dilma Rousseff. © 2023 by Giovanna de Lima  
Grangeiro is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

“As tuas mãos podem ser portadores de vida ou de morte. Depende só de ti. Como empregas as tuas mãos? Constróis para o futuro? Ou destróis o que outros edificaram? Aproveita tuas mãos para construir... Faze de tuas mãos instrumentos de paz.”

Germano de Novais, O mistério do Homem, pg.24,1963

“Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles”

Dilma Rousseff, no evento de seu *impeachment*

## AGRADECIMENTOS

A Deus,

Pelos pais que me deu e que com isso me fez conhecer o amor e o que é ser amada, conheci e aprendi valores nobres e princípios cristãos que norteiam a minha vida; Pelas pessoas iluminadas e maravilhosas que colocou no meu caminho: minha família (em especial minhas filhas, meu marido, meu irmão Bruno e meus tios Aldo e Maura e Tia Fernanda), meus amigos (minhas amigas-irmãs, que não vou denominar, mas sei que elas sabem que são. Elas são essenciais na minha vida) e até apenas conhecidos ou novos amigos, mas que deixaram meu caminho mais leve e especial, aí eu incluo as pessoas que eu encontrei nos trabalhos sociais (Carol, Diácono Antonio, Zilma, Beth e Lourdes), a minha psicóloga Waleska Marroquin, excelente profissional, que me ajudou a levantar e prosseguir a caminhada no pior momento de minha vida e que continua ao meu lado, me orientando e me fazendo ver sempre que existe uma nova vista “da outra janela”, todos que conheci na trajetória do mestrado: os colegas da turma, o Professor Dr. Helder Remigio, sempre tão prestativo, atencioso, sensível e com conselhos pontuais que só me ajudaram nessa trajetória, Prof. David Pasquinel que foi fundamental na trajetória final do meu trabalho e o servidor do Arquivo Público Reginaldo Ribeiro; Pela dádiva da vida e sobretudo pela Fé que Ele me dá, a fé que é meu combustível, força para enfrentar os obstáculos e perdas da vida e pela esperança em saber que um dia, tudo será pleno e voltarei a abraçar meus pais.

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a responder ao seguinte problema: como a mídia pernambucana lidou com o fato histórico do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff? A investigação contextualiza as manifestações ocorridas no período de junho de 2013 até o golpe em agosto de 2016, nas quais se constata a adesão de grupos extremistas que se mobilizaram em ações atentatórias aos Direitos Humanos, a instituições da República, à democracia e ao Estado de Direito. O trabalho tem por objetivo apreender de que maneira os jornais em circulação da cidade do Recife, quais sejam *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* representaram midiaticamente o referido impeachment, com uma análise detalhada do dia seguinte à queda da presidente Rousseff, entendida aqui como um golpe, ou seja, análise dos jornais do dia 01/09/2016. Quanto aos métodos e técnicas, o desenho de pesquisa recorreu a ferramentas de análise do conteúdo e análise do discurso. A fundamentação teórica teve como aporte os estudos de Tânia Regina de Luca, os quais serviram como referência sobre a maneira de como lidar com fontes jornalísticas, bem como conceitos desenvolvidos por Hannah Arendt, Daniel Ziblatt, Steven Levitsky, Maria da Gloria Gohn, Rosana Pinheiro, José M. de Carvalho. Destaque-se, ainda, o amparo fundamental de F. Dosse para análise do tempo contemporâneo. Enquanto produto, como proposta de contribuição com o estudo da História e como um alerta para a importância de se defender a democracia, foi elaborada uma cartilha sobre o tema, destinada, especialmente, a estudantes do ensino médio.

**Palavras-chaves:** manifestações antidemocráticas, regime civil-militar, tempo presente, análise do discurso.

## ABSTRACT

This research aims to answer how the media in Pernambuco dealt with the historical fact of the Impeachment of former president Dilma Rousseff, contextualizing the demonstrations that took place from June 2013 until the coup in August 2016, in which the adhesion of extremist groups was noted, who mobilized in actions that aimed to undermine Human Rights, the Institutions of the Republic, Democracy and the Rule of Law. The aim of the work is to understand how major newspapers in circulation in the city of Recife, such as *Diário de Pernambuco*, *Folha de Pernambuco* and *Jornal do Commercio*, conveyed this news to society, with a detailed analysis of the day following the coup, that is, analysis of newspapers from 09/01/2016. Through research, using the method of content analysis and discourse analysis. The theoretical foundation was supported by the studies of Tânia Regina de Luca, which served as a reference on how to deal with journalistic sources, as well as the teachings of Hannah Arendt, Daniel Ziblatt, Steven Levitsky, Maria da Gloria Gohn, Rosana Pinheiro, José M. de Carvalho, and those of F. Dosse for the analysis of contemporary time. As a proposal to contribute to the study of History and as an alert to the importance of defending democracy, a booklet on the topic was created, especially for high school students.

**Keywords:** anti-democratic manifestations, civil-military regime, present time, Discourse analysis.

## **SUMÁRIO**

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

### **3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO DE 2013 A 2016: DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 AO GOLPE DE 2016**

### **4. AUTORITARISMO, CORRUPÇÃO E MISOGINIA**

### **5. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

### **6. FONTES JORNALÍSTICAS**

### **7. COMO OS JORNAIS PERNAMBUCANOS NOTICIARAM O FATO HISTÓRICO DO GOLPE DE 2016: ANÁLISE DOS JORNAIS DO DIA 01/09/2016**

### **8. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO E SUA APLICAÇÃO**

### **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **10. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES**

### **11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, elaborada após a ditadura civil-militar, enalteceu e priorizou o exercício dos direitos humanos, estabelecendo como base o respeito incondicional aos direitos fundamentais. São considerados direitos fundamentais os direitos s<sup>1</sup>ubjetivos que correspondem universalmente a todos os seres humanos, entendido por direito subjetivo qualquer expectativa positiva ou negativa adstrita a um sujeito, por uma norma jurídica, inserido no ordenamento positivo constitucional. A principal característica dos direitos fundamentais é estarem ligados à dignidade da pessoa humana.

A liberdade é direito fundamental de primeira grandeza, e é um princípio rígido (cláusula pétrea)<sup>2</sup> em valor supremo pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). O conceito de liberdade, em sua evolução histórica, se consagrou desde as primeiras constituições escritas, sendo fruto do pensamento liberal-burguês, afirmando os direitos do indivíduo em face ao Estado, delimitando onde este não deveria intervir.

Todavia, o perpassar dos séculos não foi marcado apenas por evoluções plenas nas liberdades. Ao contrário, estas somente se arraigaram após lutas infundáveis contra a tirania e suas diversas outras formas de expressão. Arendt assinala que a causa da revolução é sempre a liberdade contra a tirania e que a causa da liberdade coincide com a defesa do direito à participação política, afirmando que sem a possibilidade de participação do cidadão no governo, a liberdade política não existe (ARENDR, 2011).

No tempo presente, o Brasil parece estar diante do dilema no qual aparentemente o entendimento do que a liberdade se conflita com os princípios democráticos de direito, a exemplo das manifestações que clamam pelo fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), pela intervenção militar no Brasil, estando fundamentadas, erradamente na tese do direito à liberdade de expressão (art. 5º, IV da CRFB/88). Em que pese já estarmos em um governo teoricamente de esquerda, ainda há manifestações que exaltam a

---

<sup>1</sup> Inicialmente havia um entendimento pacífico de se chamar “ditadura militar”. Entretanto, com o passar do tempo e de novas pesquisas e o aparecimento de provas, o termo foi modificado. Recentemente é mais apropriado o termo “regime civil-militar”, uma vez que diversos setores civis se ligaram de forma simbiótica com o regime ditatorial imposto pelos militares. Havia uma relação viva e forte entre os setores da sociedade civil e os militares.

<sup>2</sup> Aquela que não pode ser modificada ou retirada da Constituição, nem por Emenda Constitucional.

intolerância, as quais, em sua maioria, segundo sustentadas por *fake news*<sup>3</sup> disseminadas pelas redes sociais (MEDEIROS; LOYOLA; ANTUNES, 2023). Importante também registrar que muitas vezes, determinadas situações, que à primeira vista caracterizariam um conflito de direitos fundamentais, não o são verdadeiramente.

A presente introdução é redigida em primeira pessoa, em função do caráter emotivo que a pesquisa contém. Meu pai teve sua formação na Companhia de Jesus<sup>4</sup>, ingressando no seminário ainda criança aos dez anos, assim que sua mãe faleceu. Do colégio de Jesuítas decidiu continuar a vida religiosa e foi ordenado padre aos 33 anos, saindo aos 45 anos para se casar. Nesse período, obteve, além de fortes valores religiosos, de justiça social. Acredito que foi dele que herdei meu olhar crítico para os problemas políticos e sociais. Ao mesmo tempo minha mãe era uma pessoa também muito religiosa e humanista. Os dois me educaram com valores de uma sociedade igualitária, democrática e justa. Foram essenciais na minha formação como ser humano. Por tal razão, esta pesquisa tem como base a afirmação de que a política não deve se dissociar da sociedade, da democracia e do princípio da igualdade social.

Decidi estudar e analisar esse crescimento da extrema direita no Brasil em um país que ainda vive a redemocratização. Assim, por meio da investigação da representação jornalística de episódios, analisou-se o perfil dos manifestantes, seus principais apoiadores e suas ideologias e em que medida as manifestações eram fundamentadas em discursos extremos contra todo aquele que for considerado opositor ao pensamento dos manifestantes.

O crescente clamor por autoritarismo e a divulgação sem reservas de que a ditadura civil-militar fora algo benéfico para o Brasil<sup>5</sup>, mesmo com as perseguições políticas, torturas, mortes e um legado econômico desastroso. Aliados a isso, existe o descaso com o meio ambiente<sup>6</sup>, o preconceito racial, a misoginia<sup>7</sup>, são características frequentemente encontradas em governos fascistas e/ou autoritários, como bandeira de um grupo de pessoas.

---

<sup>3</sup>Segundo o dicionário Aurélio, *fake news* assim é definido: Notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens.

<sup>4</sup> A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa fundada em 1534. Seus integrantes são conhecidos como jesuítas e têm como característica seu trabalho missionário e educacional.

<sup>5</sup> Segundo Rodrigo Patto Sá Mota, “os grupos que dirigiram a transição democrática evitaram enfrentar o passado autoritário. Muito pelo contrário, tentaram esquecê-lo...

...Devido ao formato adotado, o país saiu da ditadura sem ter acertado as devidas contas com o passado autoritário.”(*Livro Passados Presentes – O golpe de 1964 e a ditadura militar*)

<sup>6</sup> Quanto ao meio ambiente em governo de extrema- direita, observa-se um negacionismo sobre as alterações climáticas, rechaçando políticas públicas que tentam barrar o avanço das corporações em áreas de preservação ambiental.

<sup>7</sup> Misoginia se refere à aversão e atitudes odiosas contra a mulher e tudo que representa o feminino.

Esse movimento me fez reviver o que pensei já ter sido ultrapassado, o que já havia ocorrido no passado e registrado na história, como demonstrado nos livros que abordam a ditadura civil-militar e o livro “Como as Democracias morrem”, relatando que o autoritarismo, muitas vezes não é explícito, podendo aparecer de forma diferente do passado, até mesmo convidado a ser instaurado como uma solução para um grande problema. Mas em essência, o autoritarismo continua o mesmo, pois “*nem sempre os políticos revelam toda a plenitude do seu autoritarismo antes de chegar ao poder*”.<sup>8</sup>

Nos anos seguintes à ditadura os movimentos sociais<sup>9</sup> não conseguiram evitar que o passado autoritário retornasse. Enfatizavam outras lutas à medida que a polarização política que começou a se manifestar a partir de junho de 2013, manifestação a qual fez com que as ideologias que conduziram ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar se tornassem mais fortes e presentes na vida política brasileira. Dentro desse contexto, inclui-se o estudo do tempo presente, que como pensa François Bédarida<sup>10</sup>, num passado que não passa, será feita uma análise sobre o passado na perspectiva do presente e por tal razão, o presente trabalho fará uma pequena análise da Ditadura civil-militar no Brasil.

O recorte temporal deste estudo é o período de 2013 a 2016, o qual foi marcado por muitos movimentos sociais, mas também por manifestações antidemocráticas, que marcou uma guinada política para a extrema direita. Assim, após a contextualização chegou ao objetivo do trabalho que é responder como a mídia pernambucana publicou o *impeachment* de Dilma Rousseff ocorrido no dia 31/08/2016.

## **2. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

A pesquisa relatada na presente obra se propõe a responder ao seguinte problema: como a mídia pernambucana noticiou o golpe de 2016? Para tanto, abordou-se a representação jornalística das manifestações antidemocráticas que iniciaram logo após as manifestações sociais de junho de 2013 até o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Este recorte foi escolhido porque neste período (com uma das maiores manifestações do país) houve uma efervescência de ideias reacionárias que dentre outras coisas culminaram com o golpe de 2016. Estando as manifestações e o golpe, ligados por uma linha, onde uma situação foi decorrência

---

<sup>8</sup> Levitsky, Steven e Ziblatt, Daniel, no livro Como as Democracias Morrem, 2018, pag. 31.

<sup>9</sup> Movimentos que conseguiram direitos sociais aos trabalhadores, os que implicam conquistas de direitos.

<sup>10</sup> O Brasil Republicano, Vol. V, O Brasil e o Tempo Presente, págs.15 e 16.

da outra, vimos um grande atentado à nossa democracia, além do início do que se chamaria posteriormente de bolsonarismo e assim, para uma análise crítica e científica, vamos analisar como o golpe foi passado para a sociedade através dos grandes jornais pernambucanos

Para esta análise, fez-se necessário entender o que são os movimentos sociais, uma vez que nem toda manifestação é um movimento social.

A definição de movimentos sociais se apresenta de forma distinta dependendo da concepção a partir da qual é analisado e do processo de identificação dos mesmos. Nas últimas décadas houve várias formas de organização de movimentos sociais, a depender de seus agentes (MUTZEMBERG, 2011).

Os movimentos sociais são impulsionados pelo poder que direciona as dinâmicas das nossas relações. Pela teoria de Foucault não há como não se constatar que o poder é responsável pela dinâmica das relações e pode estar presente

tanto nas pequenas como também nas grandes relações e nas diversas classes sociais (FOUCAULT, 1982).

Ghon conceitua movimentos sociais como sendo *“ações sociopolíticas construídas por atores de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil”* (GHON, 1997). No entanto, depreende-se que os movimentos sociais lutam pela democratização das relações sociais e a importância que as suas ações impulsionam diversas mudanças na sociedade (GHON, 2013). O que a autora nos diz é que esses movimentos são importantes para a sociedade, para a evolução das mesmas em saber o que necessitamos para podermos progredir como tal, tendo em vista que, coletivamente temos a capacidade de disseminar novas formas de pensar. Ainda sobre as manifestações, refletem novos atores sociais na sociedade política:

Novos e antigos atores sociais fixaram suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, por meio de políticas públicas. Por tanto, ampliou-se o leque de atores sociais, assim como o campo da sociedade civil. Isso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focado nas classes sociais e nos movimentos populares. Surgiram novas facetas à cidadania, como o exercício da civilidade, a responsabilidade social do cidadão como um todo etc. (GOHN, 2014, p.15).

Estudando e analisando os movimentos sociais, observa-se uma heterogeneidade nos Movimentos Sociais. Mutzemberg têm trabalhos que falam sobre o assunto, sendo importante expor a tese da heterogeneidade da sociedade civil.

As formas de organização com o passar dos tempos tiveram modificações seja por novos recursos tecnológicos ou por novas formas de articulação. O fato é que existindo vários tipos de discursos (classe, etnia, raça, religião), concebe-se uma presença diversificada de agentes. Segundo Burity no artigo *Identidade e Cidadania*, “*os grupos sociais se definem a partir de uma referência histórica, de suas relações com outros grupos e o fazem pela inscrição de sua diferença particular na ordem simbólica*” (BURITY, 1999).

Foi perceptível a presença de diversas movimentações sociais no país no período de 2013 a 2016, que traziam consigo uma característica de um Estado de Direito, com livres manifestações. A história do Brasil foi composta por diversos movimentos sociais que iam às ruas reivindicar suas necessidades, a exemplo de sindicatos, partidos, associações.

Contudo, apesar dos movimentos ou manifestações terem acontecido com uma intensidade grande em junho de 2013 fundamentado inicialmente em um pedido legítimo e social que é a mobilidade urbana (aumento das passagens de ônibus), por outro lado ocorreram manifestações de caráter antidemocrático, ostentando uma bandeira contra a corrupção (houve a ideia de associar a corrupção à falta de moralidade e o moralismo faz parte da política conservadora). E dentro dessas manifestações foi possível identificar a ação de movimentos autoritários, com ideologia autoritária, que se aproveitou do momento de fervor social, se aproveitando de uma perigosa combinação: populismo<sup>11</sup> e radicalização.

Estudando esse recorte e sabendo o que são movimentos sociais, é necessário e importante saber o que é cultura política e a importância dela neste estudo. Para a conscientização dos sujeitos enquanto seres políticos se faz necessário ter a cultura política. Seus elementos devem estar coerentemente relacionados. Por tal razão, estudando as manifestações antidemocráticas de 2013, fez-se necessário, discorrer sobre a ditadura civil militar, entender os sujeitos envolvidos naquela época e nas jornadas de junho, observando a prática da cidadania participava do povo e pela luta de seus direitos.

Com isso, teremos esse recorte temporal do surgimento de uma nova direita, que cresceu junto às manifestações de junho de 2013, ao tempo em que crescia também os ataques ao governo de Dilma Rousseff que culminou no golpe de 31/08/2016, para responder a pergunta de como a mídia jornalística escrita pernambucana noticiou o fato histórico: o golpe de 2016.

---

<sup>11</sup> Populismo é uma prática onde se busca os interesses do povo. No entanto, não existe um conceito único. Podendo ser o populismo de esquerda ou de direita. No populismo há uma relação direta do líder com o povo.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PERÍODO DE 2013 A 2016: DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 AO GOLPE DE 2016

Uma característica que marcou esse período foi a ação de grupos políticos extremos que se utilizavam da desinformação para repassar uma imagem nostálgica, positiva e deslocada da realidade do que realmente foi o regime civil-militar (FILHO, 2018). Dentre os principais argumentos utilizados por estes grupos, reside a ideia de que não havia corrupção neste regime, bem como que um clima de maior segurança prevalecia, minimizando a existência das práticas coercitivas como política. Quando não negavam a infame tortura, minimizavam-na, argumentando que “só bandido apanhou na ditadura”. Ainda no tema da tortura, era comum o enaltecimento de figuras notórias como o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, citado pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro durante o processo de impeachment<sup>12</sup> da presidenta Dilma Rousseff<sup>13</sup> - enaltecimento emulado pelos seguidores do deputado.

Levando em conta a criticidade do historiador, os prontuários disponíveis no arquivo do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), é possível observar a existência de perseguições (inclusive à inocentes) protagonizadas pelos militares. Isto serve para fazer o contraponto e deslegitimar o que afirmam tais grupos, de que a ditadura perseguia os cidadãos maus. Estes grupos vestem como verdade um discurso perigoso, pró-militares, sem analisar a história. A historiadora Marcília Gama da Silva, em sua tese de doutorado “Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)” discutiu este tema:

Nossa intenção é apresentar o embate histórico travado entre a ditadura e parcelas significativas da sociedade, tendo a informação no epicentro desse confronto, percebido a partir de diferentes concepções que serviram para caracterizar o ‘subversivo’, o mau cidadão, para a construção de ‘provas’ que possibilitaram o enquadramento dessas pessoas contrárias à ordem estabelecida pelo regime militar. A ideia é demonstrar que esses saberes instituídos operaram (re)produzindo a noção de segurança nacional, que por sua vez foi apropriada, ressignificada, criticada ou combatida pelos diversos atores, fazendo circular poderes. A presente narrativa segue, sem premeditar, um movimento amplo de publicações que exibem o vocábulo ‘ditadura’ nas recentes produções historiográficas no Brasil sobre o tema. (SILVA, 2017, pág. 21)

---

<sup>12</sup>Os crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas, definidas em lei especial federal, que poderão ser cometidas no desempenho da função pública e que poderão resultar no impedimento para o exercício da função pública (*impeachment*).

<sup>13</sup>No dia 08/08/2019 o então presidente Jair Bolsonaro, afirmou que o coronel Brilhante Ustra é um herói nacional.

Ultrapassada a ditadura civil-militar, o período após 2013 foi marcado pela ascensão da extrema direita, beneficiando particularmente a candidatura de Jair Bolsonaro no ano de 2018. Nobre, 2022, analisa o momento brasileiro do crescimento da “nova direita”, bem como as manifestações de junho de 2013, a Lava Jato e a eleição de Jair Bolsonaro. Ele afirma que em um só golpe, Jair Bolsonaro organizou a extrema direita e ganhou a eleição presidencial e que o mês de junho de 2013 foi o momento em que o sistema político brasileiro perdeu o controle da política.

Vários livros tratam de tais desdobramentos, como por exemplo, “Como as Democracias Morrem” de Levitsky e Ziblato “O Povo contra a Democracia” de Mounk (2019), que em seu prefácio discorre sobre a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do país. O prefácio adverte:

É fundamental que os brasileiros não cometam o mesmo erro. Bolsonaro é o adversário mais poderoso que a democracia brasileira enfrenta em meio século, e seus partidários são os cidadãos que, como você, terão que compartilhar o país por uma década ou até um século. Não o subestime e não menospreze essas pessoas. (MOUNK, 2019, pág.9)

No mesmo livro, o autor alemão argumenta sobre como as democracias estão se desconsolidando e que pode existir países dizendo-se democráticos, mas com limitação de direitos. Exemplificando alguns governos, faz referência ao governo brasileiro vigente entre 2019 e 2022.

Ainda sobre o tema, relata Sá Motta:

Significativamente, as tentativas de lideranças democráticas de enfrentar o legado da ditadura, por exemplo com a criação da Comissão da Verdade (2012), serviram de estímulo à mobilização de setores mais radicais da direita. Para estes segmentos, os militares “salvaram” o Brasil em 1964, por isso não é admissível que sejam investigados e menos ainda julgados por suas ações. Setores majoritários da Corporação militar consideraram a Comissão uma afronta, pois indicaria a disposição “revanchista” de esquerda e o fim das políticas de esquecimento do passado autoritário. É importante destacar que esse quadro contribuiu para despertar um sentimento de aversão aos governos petistas entre os militares o que teve peso importante nas pressões pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e pela prisão de Lula (SÁ MOTTA, 2021).

A análise dos autores citados se complementam: o primeiro fala sobre o perigo de confiar o país à extrema-direita e o segundo alerta sobre a ditadura militar brasileira, para que não volte a acontecer.

Este trabalho tem por objetivo analisar como três jornais pernambucanos de circulação diária representaram jornalisticamente o impeachment de Dilma Rousseff, especificamente as edições do dia seguinte ao fato. Com efeito, é fundamental abordar o aparecimento e posterior crescimento de manifestações antidemocráticas na cidade do Recife entre junho de 2013 e agosto de 2016, pró Regime Civil-Militar no Brasil como ascendeu localmente a extrema-direita. Com isso, colocamos como ponto de partida, as chamadas “Jornadas de Junho”, movimentos que com um envolvimento maior de partidos de esquerda, focou em reivindicações abrangentes. Cientistas políticos, como Maria da Glória Gohn, acreditam que junho de 2013 foi um mês que ainda não acabou, pois vivemos situações decorrentes dessas manifestações

Houve protestos dos mais diversos temas e muitas demandas: da mobilidade do transporte urbano, passando por pautas locais em várias cidades do país, abrangendo também temas como a corrupção e má qualidade dos serviços públicos. Apesar desse movimento ter saído vitorioso, tal logro não saciou a revolta popular, a qual inadvertidamente abriu precedente para uma grave crise política.

As manifestações logo tomaram uma dimensão que iam além da causa inicial, com demandas de melhorias pela educação, saúde e contra a corrupção. O MPL (Movimento Passe Livre) foi um grande sujeito dessa manifestação inicial, presente e atuante nesses atos em grandes capitais do país, inclusive na cidade de Recife. Eram grupos sociais indignados em várias regiões do Brasil, revoltados com o aumento dos preços das passagens de ônibus. Glória Gohn, inclusive, comenta que *“os acontecimentos ocorridos no Brasil em junho de 2013 foram denominados pela mídia como ‘manifestações’, ficando este termo como um marco na memória do país”* (GHON, 2013, pág. 8).

O movimento foi vencedor e abriu precedente para a discussão de novas pautas: a volta da inflação, baixo crescimento econômico e a baixa aprovação do governo de Dilma Rousseff. Assim, iniciaram-se as chamadas “Jornadas de Junho”. Em seguida outros pleitos, como dito acima, foram entrando na pauta desses movimentos e fica evidente uma contínua transição ideológica.

Nesse período, o Brasil era tido como exemplo de democracia para outros países, dentre eles os Estados Unidos, como mostra a publicação no jornal *Folha de Pernambuco*, no editorial de 1º de junho de 2013:

A mágica do que está acontecendo aqui, a parte mais incrível da história do Brasil nos últimos 15 anos, é que vocês demonstraram para o mundo, que não é necessária a falsa escolha entre o desenvolvimento e democracia e boa parte do mundo está lutando contra esse problema<sup>14</sup> (BIDEN, Folha de Pernambuco, 01/06/2013, pág.06).

O título da reportagem neste jornal era “Brasil é exemplo de democracia, diz vice dos EUA”. O *Jornal do Commercio* também fez uma publicação sobre a visita de Biden ao Brasil e o encontro com a então presidenta Dilma. Apesar da frase destacada, o enforque principal foi nas mudanças para a retirada do visto para os EUA, facilitando o turismo. (Jornal do Commercio, 01/06/2013, pag.09). Já o *Diário de Pernambuco* também discorreu sobre a visita de Biden, entretanto não enfatizou nada sobre o que o então vice-presidente dos EUA declarou sobre a democracia brasileira. (Diário de Pernambuco, 01/06/2013, caderno Mundo).

Apesar dessa visão do país indicada pelo vice-presidente norte-americano, muitos brasileiros estavam insatisfeitos com a situação política e econômica do Brasil. Havia um ar de desilusão acerca do modelo político vigente, pelos políticos que perfilavam a base do governo e um grande sentimento de revolta sobre a aparente impunidade nos casos de corrupção, sentimentos insuflados pela imprensa brasileira. Com isso, surgiram movimentos de reivindicação e nesse contexto, grupos de extrema-direita galgaram espaço. Mídias digitais começaram a circular, disseminando as *fake news*, grandes responsáveis por influenciar o resultado das eleições presidenciais em 2018 (GAMA, 2022).

Nesse contexto histórico, assuntos ligados à reforma política e críticas anticorrupção tomaram conta das pautas dos grupos. Assim, foi aberto espaço para que, justamente com a intenção de lutar contra a corrupção, grupos conservadores e extremistas passassem a se apropriar dessas manifestações, o que deu cabimento a discursos antidemocráticos em prol do regime civil-militar. De acordo com Pinheiro:

Depois da efervescência coletiva, as peças do sistema ficaram soltas. A esquerda recuou, a direita avançou, abocanhou e ganhou de lavada. O MPL decidiu não chamar atos depois da apropriação dos protestos do dia 20: seja no nível municipal de São Paulo, então governada por Fernando Haddad, seja no nível federal, o PT não leu o diagnóstico que lhe estava sendo dado, optando majoritariamente pela tese negacionista: Marchas Coxinhas, Marchas Golpistas (PINHEIRO, 2020, pág.22).

---

<sup>14</sup> Joe Biden, então vice-presidente dos Estados Unidos após reunião com a presidente Dilma Rousseff.01/06/2013. Fonte: Folha de Pernambuco





Figura 2. Foto da capa do dia 21/06/2013, Ano XVI, n.162

Vista e dispersavam na Avenida Guararapes. Os jornais destacavam sempre a pacificidade do povo recifense que protestava sem destruição.

À medida que se formavam os sujeitos políticos e os pleitos, houve uma divisão dos lugares de protestos, os partidos de esquerda continuaram na Praça do Derby, enquanto aqueles manifestantes que se diziam contra a corrupção, a favor da operação Lava Jato e se identificavam com pautas conservadores e de direita se reuniam na Av. Boa Viagem.

O dia 17/06/2013 foi um dia marcado por protestos nacionais, bem como o dia 20/06/2013. Tanto na cidade de Recife como em outras capitais brasileiras os atores políticos dessas manifestações foram vários, de organizações estudantis a trabalhadores comuns, como grupos de diferentes ideologias (skinheads, monarquistas, extremistas, religiosos conservadores, esquerdistas, sindicalistas, etc). O que a grande mídia demonstrava inicialmente é que o perfil dos manifestantes em sua maioria era de estudantes (quando do protesto do aumento da passagem de ônibus), mas na transição dos pleitos estes sujeitos foram substituídos por outros. Além das pessoas individuais, havia os manifestantes coletivos, como o MPL, o grupo Anonymous e os Black Blocks<sup>15</sup> (GOHN, 2014, págs. 44 e 45).

Fazendo um breve resumo do que aconteceu no período citado, ocorreram os protestos contra os aumentos da passagem de ônibus em São Paulo, onde o protesto vitorioso incentivou



Figura 3. Foto da capa da edição 167, ano XVI, 20/06/2013

<sup>15</sup> MPL – movimento existente desde 2003, integrantes de partidos e coletivos libertários; Anonymous é a presença do ativismo digital no Movimento. A maioria esconde sua identidade; Black Blocks: sua presença marcou uma mudança nas manifestações com a participação de vândalos e mascarados, sendo estes mais presentes no Rio de Janeiro e São Paulo.

uma nova onda de protestos com as mais diversas pautas: enfermeiros pediam por aumento, a classe artística reclamava por uma pauta própria, cidades pequenas de interior reclamavam também por algo específico. À medida que os protestos se avolumavam, a quantidade de manifestações e a diversidade de pautas foi dando espaço para a direita populista se valer do clima geral da situação e negar qualquer viés político no momento, junto com a operação Lava Jato, inadvertidamente iniciando uma disputa pelas ruas com manifestos antidemocráticos, pedindo a intervenção federal e o fechamento do Congresso Nacional.

Assim, nessa linha do tempo, entre seis de junho de 2013 a vinte de junho de 2013, observamos, pelos periódicos que inicialmente eram manifestações justas, legais e com tópicos pertinentes. No sentido de negação da política e após com envolvimento de outros sujeitos inicialmente alheios às causas, a mudança nos objetivos dos protestos foram diversos, passando, dentre outras coisas, a terem mensagens de negação da democracia. A partir de agosto de 2013 houve uma desaceleração dos protestos.

#### **4. AUTORITARISMO, CORRUPÇÃO E MISOGINIA**

Eco (2019) entende que o fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes (3<sup>a</sup>. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019). Esse é um alerta para termos a consciência que regimes fascistas podem não voltar seguindo moldes anteriores, mas algumas de suas características estão sempre presentes em governos autoritários.

No ano de 2013, o pequeno protesto contra o aumento das passagens de ônibus, acirrado pela repressão policial, desencadeou outros protestos maiores, que aconteceram nas ruas, onde se observou a presença de *skinheads* e componentes da FIB<sup>16</sup>. Logo que os militantes políticos, especialmente os de esquerda e movimentos sociais passaram a ser perseguidos e agredidos por componentes de uma nova direita autoritária, que começou a marcar presença nas referidas manifestações (FERREIRA, 2014). Em dezembro de 2013, em Curitiba, foi noticiada a proposta da fundação de um grupo neofascista, o Frente Nacionalista, com referências ao fascismo italiano e ao integralismo<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> FIB – Força Integralista Brasileira. Simpatizantes do fascismo no Brasil.

<sup>17</sup> Integralismo: surgiu criado pelo pânico do anticomunismo e se apresentava como algo novo à sociedade. Seu maior líder foi Plínio Salgado. Seu lema era “Deus, Pátria e Família”. O Fascismo em camisas Verdes, 2020, pag.78.

Com a ajuda das redes sociais e do uso da mídia de uma forma geral, foi observado o crescimento do populismo autoritário em escala global, voltando a assombrar países que pareciam ter varrido da sua história o autoritarismo (PAGOTTO, 2021). Assim, como ocorreu nos Estados Unidos, França e na Itália, no Brasil, também não foi diferente. O país, após ter sido governado durante treze anos por um partido de esquerda, se viu numa crise política e econômica onde, as pessoas que inicialmente apenas contestavam o aparelhamento do transporte público, passaram a contestar os partidos políticos, a recessão, a corrupção, tornando gigante um novo fenômeno, chamado “antipetismo” que teve como consequência um grande apoio à volta do militarismo, com pedidos de intervenção militar, a negação ao conhecimento acadêmico e científico e o surgimento do bolsonarismo<sup>18</sup>.

Houve um aumento significativo de pessoas que se identificavam com pautas de a extrema direita e projetos autoritários (SILVA, 2022)<sup>19</sup>, iniciando-se uma onda de ódio,



intolerância e perseguição a divergentes, agressão contra às instituições públicas e ameaças frequentes ao Estado Democrático de Direito.

O Estado Democrático de Direito caracteriza-se pela Soberania Popular e se fundamenta na Constituição de 1988, especificamente no art. 1º da Constituição, que foi elaborada pela vontade popular. Tal

conceito está diretamente ligado ao estado de legalidade. Assim, pedidos de intervenção militar

e fechamento do Congresso Nacional atentam diretamente contra o Estado

Democrático de Direito bem como põem em

risco a Democracia, tão valiosa para uma nação livre, justa e soberana.

Reis (2020) entende que a ditadura militar foi empreendida com base nos seguintes fundamentos: garantir a disciplina, a família, os valores morais, o combate à corrupção e ao comunismo. Era um “movimento” recorrente em toda a América Latina. Araújo Reis também

<sup>18</sup> Desejo de Mudança e rejeição ao PT alavancam candidatura de Bolsonaro. Datafolha, 22 out de 2018

<sup>19</sup> Autoritarismo: concentração de poderes no Executivo, perseguição a líderes de oposição, cerceamento da liberdade de expressão, enfraquecimento da corte suprema e possibilidade de novas emendas e nova constituição, ampliando o período da permanência do poder do chefe do Executivo.

realizou uma análise do fenômeno do bolsonarismo. Em sua pesquisa, ele destaca que tal movimento, em seus aspectos essenciais, não é um fenômeno apenas brasileiro, pois insere-se em um contexto internacional de reação a mutações percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes.

Tais mutações constituem o cerne de um processo histórico que remonta os anos 1960 do século XX, quando se evidenciou a existência de uma grande revolução científico-tecnológica, que passou a subverter e a transformar, em profundidade, e em uma velocidade inaudita, a sociedade, a cultura, a política, a economia e os valores prevaletentes até então, sobretudo, mas não apenas, na área do capitalismo mais desenvolvido (REIS, ABNT 2020).

O autor conclui que a ascensão do bolsonarismo se deu com base em três fatores: as tradições autoritárias que marcam a história da sociedade brasileira; a grande conjuntura que se estende a partir da aprovação da Constituição de 1988 até o ano de 2018, quando se verificaram as eleições presidenciais e, por fim, a campanha eleitoral ou a conjuntura política curta, que acrescentou importantes – e decisivos – ingredientes para entender a vitória de Jair Bolsonaro.

Uma breve análise do bolsonarismo é importante aqui, pois além de se observar características fundamentalmente semelhantes ao golpe de 1964, o seu início ocorreu no período do recorte deste estudo. Um exemplo do início deste fenômeno, foi a declaração de Jair Bolsonaro na votação do impeachment, em que ele exalta e enaltece o torturador da presidente Dilma Rousseff. Ainda neste mesmo dia, em uma entrevista, ele declara que está levando a sério a sua candidatura e para 2018 e declara que no seu governo *“o pessoal do agronegócio que é apaixonado por ele. Quando fala que no que depender dele, na fazenda deles, vão ter fuzis. O cartão de visita para marginal do MST. Vagabundo, a linguagem que ele entende é pancada”*<sup>20</sup>.

A linha da extrema direita vem resgatar teses e ideias do fascismo e de ditaduras conservadoras, enaltecendo o patriotismo e a política armamentista, tentando sempre neutralizar toda forma de oposição.

No Brasil, o antipartidarismo foi base para os grupos da extrema direita repassarem uma imagem positiva do Regime civil-militar. Khel (2010) comenta que:

Vale lembrar que, no final da década de 1970, o Brasil foi o único país da América Latina que “perdoou” sem exigir da parte deles nem reconhecimento dos crimes cometidos, nem pedido de perdão. O esquecimento da tortura produz, a meu

---

<sup>20</sup> Tirado do documentário Democracia em Vertigem, veiculado na Netflix.

ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil. Soube, pelo professor Paulo Arantes, que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período militar (KEHL, 2010, págs. 3-4).

A ditadura civil-militar no Brasil foi iniciada no ano de 1964 (fins de março e início de abril), derrubando o presidente João Goulart e desmantelando o estado de direito e a democracia existente.

O autoritarismo está relacionado com determinados preconceitos, e no caso brasileiro, está relacionado com o racismo, xenofobia e misoginia. Indo mais além, há claras expressões nestes contextos nas falas do ex presidente Jair Bolsonaro, bem como dos seus seguidores, senão vejamos: <sup>21</sup>

**1999:**

“Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também.” Deputado Jair Bolsonaro(PPB-RJ) entrevista ao apresentador Jair Marchesini, no programa “Câmara Aberta”, na TV Bandeirantes, por Érika Kokay.

**1999:**

“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando pelo FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.” Deputado Jair Bolsonaro(PPB-RJ), entrevista ao entrevistador Jair Marchesini, no programa “Câmara Aberta”, na TV Bandeirantes. Fonte: DW (29/10/2018).

**2008:**

“O erro da ditadura foi torturar e não matar”. Deputado Jair Bolsonaro(PP-RJ), discursando em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro. Fonte: Carta Capital (29/10/2018).

Em apologia à violência e à ditadura militar, os autoritários e aqueles que apoiaram os regimes autoritários racionalizavam a violência do Estado como uma resposta proporcional aos guerrilheiros<sup>22</sup> de esquerda. Há um claro desprezo pelos direitos humanos. Não se deve esquecer que a ditadura militar começou com atos violentos, destituindo o presidente e o Congresso Nacional e matando e torturando os opositores ao regime.

Devemos sempre fazer jus à memória daqueles indivíduos que sofreram no regime militar, de modo a agir com a função social do historiador em criticar tais atos. Ao mesmo

---

<sup>21</sup> Barreto, Walter Jr, Editora Geração, 2021.

<sup>22</sup> Grupos de populares, especialmente formado por estudantes e trabalhadores com o objetivo de formar um exército popular.

tempo, o zelo pela democracia é algo que deve ser preservado. Assim, aceitamos a tese de que não existe neutralidade, sobretudo na história, pois o ser humano por si só é um indivíduo político. A respeito desse tema, Chartier comenta que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1998, pág. 17).

Este tema adentra nos meios de discussões de História Social e História Política, fazendo com que tenhamos que dialogar com trabalhos de diversas áreas, sendo este um desafio de quem faz História no tempo presente e este é o eixo onde esta pesquisa se insere. Para François Dosse, pesquisador que debate a historiografia no tempo presente:

Entre as realizações da História do tempo presente, devemos mencionar em primeiro lugar que os historiadores que trabalham com o presente têm a necessidade, para realizar com maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários. Isso resulta em uma abertura da prática histórica sobre outras práticas, que permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuosos entre diferentes disciplinas (DOSSE, 2012, págs. 13-14).

Falando sobre o tempo presente, sobre os novos eventos desta década, manifestações antidemocráticas, golpe de Estado, é válido ressaltar em nosso estudo que o sistema eleitoral nos países democráticos tem como característica as eleições diretas para a escolha dos seus representantes, sendo, uma consequência da participação popular. Pode-se dizer que a democracia representativa é uma conquista das sociedades contemporâneas a fim de tornar o poder popular de uma maneira participativa. A constituição é o texto magno que garante este poder participativo. A democracia, de uma forma geral, dá ênfase na igualdade econômica e social, dá a consciência que a política se constrói com base em direitos. *“Em uma democracia, o poder não é deferido a quem tem força, mas, ao contrário, a força é colocada ao serviço do poder”* (ZAVERUCHA, 1988, pág.16).

De acordo com a professora Maria Salete Sales, em seu artigo publicado na *Revista Debates* (2007), a confiança é um componente do capital social pelo qual visa potencializar a participação do cidadão nos processos políticos (SALES, 2020).

A confiança favorece a solidariedade social e a participação e, sobre este tema, diversas pesquisas foram realizadas, como o Índice de Confiança Social, do Ibope, além das pesquisas Datafolha que tratam sobre confiança. Além do mais, o site latino barometro realizou no ano

de 2020 uma pesquisa no Brasil sobre a democracia e, de acordo com os dados da pesquisa, 11,4 % da população brasileira prefere um governo autoritário e 39.7% da população prefere a democracia:



Figura 5. Dados da pesquisa sobre o apoio a democracia

Fonte: latino barometro<sup>23</sup>, 2020.

Num sistema democrático, é por meio dos partidos políticos que o eleitor tem o direito ao processo de elegibilidade, podendo concorrer a cargos públicos. Para isso é necessário a filiação partidária, não sendo permitido que o candidato concorra sem ter a filiação de ao menos seis (seis) meses antes das eleições<sup>24</sup>. Os partidos políticos, juridicamente falando, de acordo com Eurico Diniz (1998), podem ser definidos como:

Associação civil ou pessoa jurídica de direito privado que deve ter seu estatuto registrado, mediante ao cartório competente do registro civil das pessoas jurídicas, no tribunal superior eleitoral para arregimentar membros que, defendendo seu programa e princípios políticos, venham a alcançar o poder por meio das eleições (DINIZ, 1998, p. 528).

Ou seja, os membros de um partido político se alinham de acordo com a sua orientação político-ideológica, cartilha, valores ou interesses culturais semelhantes em comum, de modo

<sup>23</sup> Organização privada sem fins lucrativos com sede em Santiago, Chile.

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.tre-mg.jus.br/imprensa/noticias-tre-mg/2021/Abril/saiba-como-funcionam-os-processos-de-filiacao-e-de-desfiliacao-partidaria>

que visem participar da democracia do país. Dentro do cenário brasileiro, encontramos partidos de centro, de direita e de esquerda que participam das eleições e discorriam sobre suas ideias. No entanto, manifestações que ocorreram no Brasil em 2013 tinham uma característica em comum: o aspecto antipartidário, de modo a rejeitarem a participação de legendas partidárias em seus atos e protestos.

Chauí (2016) comenta sobre o governo do PT em São Paulo, na sua primeira gestão, como sendo a primeira vez que um grupo ligado ao movimento sindical e popular ascende ao poder naquele Estado:

Entre 1989 e 1992, na cidade de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo municipal que, pela primeira vez nos cinco séculos da história do país e da cidade, viu no poder um partido de esquerda de origem fortemente popular e que, nascido de movimentos sociais e sindicais, tem sido responsável por grande parte da democratização do Brasil (CHAUÍ, 2016).

Compreende-se que os casos de corrupção envolvendo lideranças partidárias possam ter contribuído para este sentimento de aversão aos partidos, mas, por outro lado, há de se haver uma maior participação ativa dos cidadãos nos processos políticos a fim de evitar a manifestação de movimentos antidemocráticos que desmobilizem as bases populares e políticas da população brasileira. Citamos como exemplos de tais grupos o movimento “Meu partido é o Brasil”.



Figura 6. Manifestação em 2013 contra a PEC 37 trazia dizeres contra partidos políticos. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/antipartidarismo-%C3%A9-perigoso-para-a-democracia-alertam-especialistas/a-16910048> Acesso: 28 de Julho de 2021

“Meu partido é meu país” é uma frase nazista. Ela nasceu na luta contra a social-democracia, sobretudo quando o nazismo se opõe à República de Weimar e leva a pensar que os partidos políticos roubam ou tomam para si as ações políticas que caberiam exclusivamente ao governante. O governante aparece, então, como o chefe. É dele que deve emanar, transcendentemente, toda a decisão política. Desse ponto de vista, se os partidos políticos usurpam uma função que não é deles, é preciso eliminá-los. Daí a ideia de que “meu partido é meu país” (CHAUI, 2016).

Lideranças político-partidárias foram bastante hostilizadas dentro das manifestações iniciadas em junho de 2013. Era comum que bandeiras de partidos, sindicatos e movimentos sociais afins fossem queimadas:

Aproveitando o carácter assumidamente apartidário do movimento, tentou, sendo nisso acompanhada por muitos populares despolitizados, transformá-lo em movimento antipartidário e até antidemocrático. Nas enormes manifestações de comemoração da vitória conquistada, que juntaram um milhão de pessoas nas ruas do Brasil, grupos de jovens de extrema-direita atacaram militantes de partidos de esquerda (que estiveram, ao contrário deles, desde a primeira hora, no movimento), militantes do PT críticos do governo de Dilma e até ativistas de movimentos sociais (dizendo que, no fundo, eram de partidos). Gritaram frases como "o povo unido não tem partido". Queimaram bandeiras de partidos de esquerda e bateram em qualquer pessoa que se vestisse de vermelho. (OLIVEIRA, 2021)

A citação anterior remete uma ação de uma das manifestações ocorrida em 2013, no dia vinte e quatro de junho daquele ano, onde militantes partidários se tornaram alvos dos manifestantes.



Figura 7. Bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) sendo queimada pelos manifestantes.

Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/movimento-foi-ocupado-por-extrema-direita-brasileira-diz-professor-da-puc-6580/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

Na época, diversos jornais já denunciavam esse aspecto como algo ligado à extrema direita, a exemplo de um professor de Direito, Pedro Serrano, em uma entrevista ao *Rede Brasil*, na matéria intitulada de “Manifestações foram ocupadas por extrema-direita brasileira”. Diz professor da PUC:

[...]são atitudes fascistas expulsar bandeiras de partidos políticos, que inclusive estavam desde o começo do movimento participando. Depredar órgãos públicos, inclusive um simbólico que é o Itamaraty, órgão que estabelece mecanismos pacíficos de relação entre os povos. Por trás do apartidarismo e do apoliticismo na realidade há uma postura antiga do Brasil, das nossas elites, que é uma postura golpista contra as conquistas sociais que o processo democrático trouxe ao país, e isso é muito perigoso (Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/movimento-foi-ocupado-por-extrema-direita-brasileira-diz-professor-da-puc-6580/> Acesso em: 2 ago. 2021).

Nessa linha de raciocínio, abre-se um espaço para adentrar na cultura política, na contextualização política, onde mostra que setores conservadores atuaram para barrar a expansão dos direitos sociais que estavam em curso no Brasil.

A cultura política é fundamental no processo democrático de um país, pois quando uma cultura política é bem “enraizada” numa sociedade, visivelmente se percebe sua influência na mesma. Os autores Almond e Verba (1989) definem cultura política como sendo a expressão

de um conjunto de orientações subjetivas de determinada população as quais estão internalizadas na dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa.

Eles também alegam que a estruturação de democracias estáveis depende da existência de uma cultura política específica, intitulada por eles como “cultura cívica”, a qual pode ser caracterizada pelo grau de institucionalização dos procedimentos democráticos entre os cidadãos e, principalmente, pela existência de indivíduos que possuam valores e atitudes democráticas internalizadas, participando ativamente da cena política. Assim, saber analisar a Ditadura Militar e o retorno do autoritarismo atualmente é cultura política.

Portanto, a cultura política está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais. Ela contribui nas pautas e nas definições de um movimento social. Logo, quando se desvaloriza a consciência política, há a sua desconstrução. E nessa esteira de raciocínio, é grande o risco que o Brasil vem correndo hoje com as inúmeras tentativas de desconstrução da segurança das instituições públicas.

Por fim, necessário se faz registrar um último aspecto, não menos importante de um regime autoritário: a inversão de valores onde o machismo é racionalizado como proteção à fragilidade feminina, o paternalismo (veladamente) branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade (dos negros), a repressão contra homoafetivos e homoafetivas é considerada proteção à família e a destruição do meio ambiente é vista como um preço a se pagar pelo desenvolvimento. Somado a isso, no contexto atual brasileiro, também se inserem as conspiratórias teorias negacionistas.

## **CORRUPÇÃO**

A corrupção é um tema de grande relevância na política brasileira e tem sido usada pela extrema direita como um ato recorrente e exclusivo dos governos de esquerda, mesmo sabendo que a corrupção é matéria antiga na história do Brasil. Ela é, de fato, um problema, pois, dentre outros prejuízos, faz com que serviços públicos não sejam realizados em sua plena capacidade e como consequência, teremos uma população mais necessitada, aparelhamento público deficitário e com um verdadeiro desperdício do erário público, usado para fins particulares.

Assim, como o tema também versa sobre manifestações e atos antidemocráticos, necessário abordar o tema, pois vem sendo uma das principais bandeiras de movimentos

conservadores e autoritários, imbuídos de moralismo, pregando que a corrupção é prática exclusiva de seus rivais<sup>25</sup>.

No Dicionário Michaelis (2019) tem-se que:

Corrupção: 1 Ato ou resultado de corromper; corrompimento, corruptela. 2 Decomposição de matéria orgânica, geralmente causada por microrganismos; putrefação. 3 Alteração das características de algo; adulteração. 4 Degradação de valores morais ou dos costumes; devassidão, depravação. 5 Ato ou efeito de subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros. 6 Uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas, a fim de conseguir benefícios para si ou para terceiros. (MICHAELIS, 2019)

De acordo com um centro de pesquisa realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público, 73% dos brasileiros consideram a corrupção como muito grave e 23% como grave<sup>26</sup>. A corrupção é sempre alegorizada na mídia e foi utilizada pelo jornalismo reacionário a fim de sustentar os argumentos em discursos, tanto na ditadura militar como durante a Operação Lava-jato, ocasionando grandes mobilizações anticorrupção e a favor de uma política tradicionalista como o melhor caminho para acabar com a corrupção. Os militares diziam ter dois inimigos: a corrupção e o comunismo, sempre colocando os dois como sendo um, consequência do outro.

Ocorre que, como dito antes, a corrupção no Brasil vem de longos anos e não existe apenas na política, ela está presente nas relações sociais corriqueiras, longe do exercício do poder político, como por exemplo, fornecer produtos sem nota fiscal, falsificar documentos, tentar “levar vantagem” em situações que deveriam ser regidas pela ética, etc. No artigo “Corrupção, Escândalos e a Cobertura midiática”, assim os autores Feres Júnior e Luna Sassana destacam a força que a imprensa tem na sociedade<sup>27</sup>:

Como defendemos no começo do artigo, se limitarmos a definição de corrupção à transação escusa de dinheiro, estaremos descartando boa parte da escandalização da política e, portanto, deixando de compreender um fenômeno muito relevante para o funcionamento atual da democracia brasileira, ainda que extremamente problemático. A maior parte dos estudiosos da democracia moderna aponta para a importância da comunicação e da formação de opinião para o bom funcionamento dessa forma de governo. A escandalização da política combinada ao extremo viés político, detectados neste estudo, revelam uma grave deficiência do funcionamento da democracia brasileira contemporânea, a despeito dos

---

<sup>25</sup> É importante não confundir o moralismo com as questões morais envolvidas na política. O moralismo pressupõe a emergência de valores morais incondicionais e tem um efeito desestabilizador no sistema político. (FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, Democracia e Legitimidade*, 2008).

<sup>26</sup> Dados de pesquisa a Survey “Interesse Público e Corrupção”, realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público (Crip), baseada na UFMG, em parceria com o Instituto Vox Populi.

<sup>27</sup> João Feres Júnior e Luna de Oliveira Sassana, aprovado para publicação em 28/03/2016, pág.20.

progressos institucionais conquistados desde seu retorno na década de 1980. É imperativo mudar essa realidade, pois com o tipo de jornalismo praticado pela grande imprensa brasileira quem perde é o Brasil (FERES JÚNIOR e SASSANA).

Com efeito, vale refletir sobre a importância da mídia na formação de opinião e especialmente na corrupção existente nas democracias.

## **DILMA ROUSSEFF: IMAGEM PÚBLICA, MISOGINIA E DESCONSTRUÇÃO**

Um fator diferenciado no processo de deposição de Dilma Rousseff foi a diáde misoginia e mídia. A mídia desempenhou um papel de grande importância ao montar uma narrativa política repleta de estereótipos misóginos. A presidente era quase sempre representada de maneira machista em matérias que criticavam de forma exagerada a sua aparência e seu jeito de falar em detrimento de seus projetos e feitos políticos, criando uma atmosfera política hostil em que o sexismo era utilizado como uma forma de desacreditar a líder, solapando sua credibilidade com a população e fomentando um ambiente ideal para a incubação do impeachment (GERALDES et al., 2016).

Simplesmente, não há como falar do processo de impeachment sem falar sobre o tratamento reservado a então Presidente da República Dilma Rousseff nas redes sociais, bem como nas revistas veiculadas no país, como por exemplo *Veja* e *ISTOÉ*. No dia seis de abril de 2016, a Revista *ISTOÉ* veiculou em sua capa a imagem de Dilma com o rosto de semblante supostamente descontrolado e com a seguinte manchete:

Em surtos de descontrole, com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país (in revista *ISTOÉ*, 2016, capa).

Numa matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, percebe-se que o objetivo era mostrar ao leitor que a presidenta perdeu sua capacidade em conduzir o país, o objetivo era desqualificá-la, o que nos remete a um pensamento de Tiburi:

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (TIBURI, 2018, p. 106).



Figura 8. Notadamente, um *frame* de uma imagem fora de contexto fora utilizado para dar fundamento à desqualificação sofrida pela presidenta.

Dilma Rousseff foi alvo de agressões, piadas e desrespeito, sendo a maioria delas de natureza misógina. Foi notória a tentativa dos meios de comunicação, seja mídia digital ou jornalismo escrito ou televisivo, de desconstrução da figura da presidenta associando-a a imagem de incompetente, de pessoa grosseira e agressiva.

A jornalista Flávia Biroli no seu artigo “Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política” observa com clareza a desconstrução da imagem que uma parte da sociedade fazia da então presidenta:

Em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional. Em jornais diários, a construção da presidente eleita em imagens que de certo modo anunciavam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipavam um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam mais espaço. (BIROLI, 2018, pág.78).

Misoginia, que é a aversão e o preconceito em relação às mulheres, remete a falar em “gênero”, que quer dizer homem e mulher, masculino e/ou feminino. Os homens em nossa sociedade, comparativamente falando, gozam de ampla liberdade, autonomia, poder de decisão e dominância em espaços públicos, enquanto as mulheres que compõem o mesmo contexto devem muitas vezes, pedir permissão para agir e ser reconhecido o seu espaço, sendo clara a desigualdade.

A ex presidenta Dilma Rousseff foi considerada como não-carismática, “mulher burra”, inábil politicamente, por não ceder à política do toma lá da cá, atitudes que deveriam ser elogiáveis, passou a ser visto como um defeito. Dilma Rousseff foi uma das figuras públicas mais expostas a toda sorte de desrespeito, especialmente por ser mulher. Segundo Márcia Tiburi a vida política de Dilma Rousseff foi atingida por narrativas da imprensa de uma forma geral, de oposição ao seu governo com conteúdo misógino.

Ora, a misoginia é o discurso do ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso, que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ele associados no espaço amplo do ódio à diferença. (TIBURI, 2018,pág.106).

No dia internacional da Mulher de 2015, Dilma Rousseff fez um discurso em menção a data. No momento de seu pronunciamento, houve “panelaços” (manifestação já existente na Argentina), acompanhados de palavras de ordem e de baixo calão, advindos especialmente das áreas onde vivem classes sociais mais favorecidas. A jornalista Marina Rossi, escreveu sobre esse assunto no jornal *El País*:

Durante o pronunciamento em rede nacional de Dilma Rousseff no Dia internacional da Mulher em 2015, centenas de brasileiros, em 12 capitais do país foram até as janelas e sacadas dos prédios e bateram painéis para se manifestar contra a presidenta. Piscaram as luzes de casa, buzinaaram nos carros e gritaram. Além do barulho da colher no teflon, foi possível ouvir xingamentos, como ‘vaca’, ‘puta’ e ‘arrobada’, direcionados à presidenta (ROSSI, 2015).

Além dessas práticas misóginas, circulou em redes sociais imagens de montagem com o corpo da ex presidenta. Destaca-se aqui um adesivo que tinha a imagem de Dilma Rousseff de pernas abertas, feito para ser aderido no bocal do tanque de gasolina dos carros, sinalizando além do desrespeito da figura da presidente, uma brincadeira com a prática de estupro. O adesivo foi comercializado até mesmo em sites de venda virtual que após repercussões negativas e da procura de responsabilidade da autoria do referido adesivo, foi retirado do mercado.

Importante registrar que, durante a campanha presidencial e durante o governo de Jair Bolsonaro houve vários ataques às mulheres, especialmente às mulheres jornalistas e aí podemos citar: Patrícia Campos Mello, Talita Fernandes da Folha de São Paulo e a jornalista Vera Magalhães. Todas tinham algo em comum: investigação de algo que atingia o governo Bolsonaro ou seus apoiadores. Patrícia Campos Mello, estava fazendo uma reportagem sobre uma CPI para investigar usos de perfis falsos, *cyberbullying* e ataques cibernéticos que atentam contra a democracia; a repórter Talita Fernandes, que era responsável por acompanhar o dia a dia do presidente Jair Bolsonaro, ouviu um “cala a boca” do ex presidente, dizendo que a repórter não tinha moral para perguntar nada. Depois perguntou se ela era casada e que ela só fazia perguntas idiotas; também, a jornalista Vera Magalhães, que já sofria ataques misóginos por seu trabalho jornalístico, passou a receber ameaças de bolsonaristas, por ter publicado que o presidente estava convocando manifestações contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

Os ataques e desrespeito à figura feminina são atitudes pertencentes ao populismo autoritário, que previamente desqualifica a mulher simplesmente pelo fato de ser mulher.

## **5. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica, em que foram analisadas obras com a história do Tempo presente, história da democracia (história política),

livros sobre as manifestações e teses já escritas sobre o assunto e assuntos afins, bem como o livro sobre o Golpe de 2016<sup>28</sup>. O estudo do Tempo Presente foi fundamentado por Marieta de Moraes Ferreira, François Dosse, pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Angélica Muller(UFF) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Francine Ieglski.

Como metodologia, em segunda etapa, foi utilizada a pesquisa de campo (pesquisa no arquivo público do Recife) focando na observação, coleta de dados, análise e interpretação dos periódicos. Todas essas informações foram obtidas a partir do ambiente natural ou da realidade onde aconteceram os fatos investigados. Sendo analisados, nos recortes de jornais, onde as manifestações ocorreram, dependendo do grupo político, o que os jornais publicaram, a frequência e as matérias mais veiculadas.

Segundo Tania Regina de Luca, no capítulo “A História dos, nos e por meio dos periódicos”, capítulo do livro “Fontes Históricas”, a análise dos jornais como fonte de pesquisa se deu na década de 1970, porquanto, na década de 30 a Escola dos Annales não deu tanta importância à fonte histórica por meio dos periódicos, Apenas, no final do século XX, os aportes de outras ciências e contribuições humanas trouxeram novas contribuições metodológicas importantes e forçaram o historiador a refletir sobre a renovação da pesquisa, sobre o aspecto cotidiano das pessoas e assim os periódicos passaram a ser fontes importantes de pesquisa. Como afirmou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelos que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e Tania Regina completamente: “pelo interdito, pelas zonas do silêncio que se estabelecem.”

Assim, a teoria da pesquisa está em toda essa fundamentação do tempo presente, autoritarismo, manifestações sociais, cultura política, tudo o que está sendo amplamente fundamentado neste trabalho. No que tange ao método da pesquisa, ela se fundamenta na análise de conteúdo e a Técnica é a de análise do discurso, para obtermos o resultado da pesquisa.

Bauer e Geskell (2017) conceituam a análise do discurso como uma vasta gama de abordagens distintas aplicadas ao estudo das fontes, aproximações que são fruto de diferentes práticas e teorias, que variam de acordo com o objeto de estudo e seus analistas.

---

<sup>28</sup> Existem vários livros sobre as manifestações de 2013 e que foi utilizado no trabalho, especialmente: Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização, Amanhã vai ser Maior, Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo e A herança do Golpe.

As ações e as funções no objeto de estudo não são delimitadas unicamente à cognição e intenções individuais, pois são quase sempre envoltas em cenários maiores, de modo que é mais seguro entendê-las como expressões de práticas culturais. Deve-se reconhecer que os discursos são circunstanciais, de modo que os analistas devem levar em conta tanto a fonte em si quanto o contexto em que foi idealizada, de uma forma que a compreensão do texto seja mais abrangente.

Numa análise do discurso também é crucial a sensibilidade para o que não é verbalizado nas fontes, afinal os silêncios e omissões também carregam informações significativas – desde que se procure entender as tendências dos contextos sociais e políticos que levaram a esses silêncios.

Ao se explorar o contexto, deve-se também considerar que a análise não intenciona um grande desvendar do oculto, de forma derradeira. O que está sendo construído é uma interpretação, ou seja, uma versão do objeto de estudo, com base em determinadas perspectivas. Versão essa tão subjetiva quanto o analista e o objeto de estudo.

Os periódicos como objeto de investigação histórica foram oportunizados sem jamais deixar de considerar que a imprensa pode ser fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Estes veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos, tendo em vista que seus proprietários e redatores possuem posições ideológicas dentro da realidade política em que estão inseridos.

Importante o estudo do livro “Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som” de Martin W. Bauer e George Gaskell. No capítulo sobre a construção do *corpus*, segundo o autor “*garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo*” (BAUGER, GASKELL, 2019). Então o estudo e análise dos jornais do dia 01/09/2016 são um referencial de amostragem para demonstrar como se deu a notícia da mídia do golpe de 2016 (impeachment de Dilma Rousseff). O referencial de amostragem será composto por edições dos jornais *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* do dia 01/09/2016. Assim, tomando como base esse ensinamento, o *corpus*, seria essa amostragem. Depois de identificado o *corpus*, vamos analisar o discurso, lembrando sempre que “*os analistas do discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito – aos silêncios*” (GILL, 2019).

Tomando como base ainda, os ensinamentos de Luca, o que se deve dar grande atenção ao analisar este tipo de fonte, é o cuidado em verificar não apenas o que estes documentos

dizem, mas também como dizem, para quem o dizem e o contexto de sua publicação, buscando com isso fazer crítica interna e externa desse documento, ou seja, analisar para quem escreve (público alvo), por quem escreve, verificar a organização estética desse periódico, seus editores e proprietários e como estes se relacionam com poder e suas instituições. De acordo com a autora, na crítica externa devemos analisar como está o contexto histórico<sup>29</sup> ao qual o documento está inserido, analisando o político, econômico, social e cultural relacionando o documento com o momento que se escreve para com isso entendermos as motivações daqueles que os produzem e por que produzem.

Assim, trazendo essa análise para o contexto dessa pesquisa, se observa quem foram os sujeitos das manifestações, o contexto político, social e econômico em que o Brasil estava inserido e quais foram os interesses políticos dos jornais e da grande mídia. Desta feita, os periódicos são fontes bastante importantes para a construção do saber histórico, mas para construirmos esse saber devemos também estar munidos de outras fontes acerca do período estudado, para que com isso possamos obter um resultado que construa uma interpretação contextualizada e com método. Foram também vistos documentários (a exemplo de “Democracia em Vertigem” que abordou o golpe sofrido por Dilma Rousseff), publicações em mídias como Facebook, Instagram, Twitter e *podcasts* sobre o assunto.

Até não muito tempo atrás, afirmava-se que para estudar a História se fazia necessário tomar certa “distância” dos fatos ocorridos e que para que eles fossem interpretados, era necessário o seu arquivamento. Assim, os fatos históricos desde o nascimento pertenciam à história, entretanto, para se tornar um fato histórico, ele teria que passar anos para depois serem catalogados e analisados.

Em 1929, foi fundada a Escola dos Annales e que foi de grande importância para a análise dos fatos históricos. A prática científica estudava e o que estava “por trás” dos fatos<sup>30</sup>, como por exemplo: as percepções e intenções dos indivíduos, os mecanismos econômicos, as realidades do trabalho e da produção.

Levando em consideração que o tema do presente estudo está inserido no campo das atualidades, é fundamental que se faça uso das lições de pesquisadores que abrangem a história do tempo presente. Pode-se dizer que esta modalidade acadêmica tem despertado a atenção dos historiadores, tendo seus estudos se tornado cada vez mais aplicados após a terceira geração da

---

<sup>29</sup> O contexto histórico do Brasil no período estudado é de uma grave crise política.

<sup>30</sup> Por isto, é tão importante a interdisciplinaridade das ciências

Escola dos Anales. De acordo com Dosse (2012), em uma discussão teórica no artigo “História do Tempo Presente e Historiografia”:

A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação (DOSSE, 2012, pág.6).

Dosse ilustra no seu artigo “História do Tempo Presente” (2011) que a partir dos anos 1930, um dos aspectos da escola dos Annales, instituída por Bloch e Febvre, foi o de reintroduzir a história ao presente. *“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não é talvez coisa menos vã consumirmo-nos a compreender o passado, se nada sabemos do presente”* (BLOCH,1949, pág. 47). Assim, ele parte do presente para se reconhecer o passado. Ainda sobre esse artigo Dosse afirma:

A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade (DOSSE, 2012).

Este entendimento nos mostra que os historiadores cujas pesquisas se inserem nesta modalidade devem fazer uma contextualização dos acontecimentos contemporâneos. Por outro lado, isto não implica dizer que a história de períodos anteriores, deve ser desprezada. Pelo contrário: para que possamos fazer o elo e a interpretação dos eventos do tempo presente, é fundamental que levemos em conta a construção dos eventos, o que requer uma análise mais aprofundada da conjuntura que contribuiu para a ocorrência do acontecimento na atualidade.

Dessa forma, para este tema, percebemos também que a história política pode ser um campo de estudos que teria a se beneficiar com a abordagem da história do tempo presente, contendo nesta obra exemplos de análise dos acontecimentos sociais e políticos do país na atualidade. Assim, leva-se em conta para o embasamento deste relatório o trabalho do professor Renné Remond em sua obra “Por uma Nova História Política” (1988), pois analisa-se os atores sociais no que diz respeito às suas representações, práticas e influências nas questões políticas do país. Levando em conta esta discussão política e do tempo presente, bem como a importância de se contextualizar os acontecimentos com base no passado e que agora encontrou novo espaço para a difusão.

Segundo Ferreira<sup>31</sup>, para a Escola dos Annales “*o que importa é identificar as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso*”(FERREIRA, Marieta Moraes, 2000, pag.111). Marieta complementa que o método de investigação histórica lida com a construção da narrativa histórica de como se deve produzir um conhecimento fidedigno. Para Ferreira (2020), o conhecimento histórico é fundamental no momento atual e deve ser produzido por pessoas que detém uma formação e ferramentas para que esse conhecimento possa ser produzido e ensinado, pois se assim não for, qualquer narrativa pode ser feita sem nenhum questionamento.

Este fator utilizado no estudo da história do Brasil nos demonstra que setores da sociedade brasileira se mostram receptivos a movimentos antidemocráticos, através da elite conservadora, cujos padrões fortalecem os desníveis sociais, valores que descendem do período escravocrata, com a cultura de manter minorias na marginalidade. Jessé Souza entende que no Brasil há uma herança cultural de culpar o próprio povo por sua miséria(SOUZA, 2022, pág.13). Nessa esteira de raciocínio, no livro “O que resta da ditadura: a exceção brasileira” (2010), Jaime Ginzburg, relata que:

Como nosso processo histórico é marcado pelos dois traumas constitutivos, a violência exploratória colonial e a crueldade escravocrata, no Brasil os regimes autoritários tiveram, no período republicano, facilidade de instalação e permanência. As ditaduras latino-americanas, incluindo a brasileira, conforme palavras de “Imaginando Dictaduras”, estudos de Tzvi Tal, neutralizaram movimentos populares, através de “mecanismos de repressão, intimidação, cooptação e eliminação física da oposição. (GINZBURG, 2018, pág.4).

Dessa forma, podemos levar em consideração a interdisciplinaridade sem que isso resulte em prejuízos à nossa análise como historiador. Pode-se tomar estes estudos, matérias jornalísticas, visões dos cientistas políticos e até mesmo reflexões de filósofos para enriquecer a análise do presente, sobretudo no que tange aos acontecimentos políticos no Brasil. Destaca-se, por exemplo, a reflexão dos filósofos Márcia Tiburi, Mário Sérgio Cortella e do cientista político Leandro Sakamoto a respeito do autoritarismo crescente no Brasil na última década, além de Maria Rita Khel, jornalista e psicanalista, o sociólogo Jessé Souza e o teólogo, escritor e filósofo Leonardo Boff, que assim como estes filósofos e cientistas políticos, muito tem contribuído para instigar a reflexão do pensamento antidemocrático presente no país.

---

<sup>31</sup>Marieta Ferreira utiliza como método da investigação histórica a construção da narrativa histórica.

Esperamos que análises sobre a democracia e os direitos humanos presentes nesta obra possam contribuir com a preservação da memória às vítimas da Ditadura Civil-Militar e aqueles que lutaram para que hoje os brasileiros possam ter seu direito à liberdade de expressão.

Por este motivo, o embasamento teórico contou com pesquisas de autores que debatem sobre a Ditadura Civil-Militar, a exemplo da professora Marcília Gama da Silva, da UFRPE. Em sua tese de doutorado já citada neste relatório, Marcília reitera como funcionavam as redes de repressão e teias de comunicação existentes na vigência daquele regime. Ao fim dele, a Comissão da Verdade procurou esclarecer tais fatos na busca do resgate à Memória Histórica dos presos e torturados. Infelizmente, notou-se que a mesma não teve um impacto profundo nos brasileiros, senão gerou reações de grupos em prol da defesa da ditadura, com suas ideias antidemocráticas que permanecem vivas.

A fim de compreender os eventos no que diz respeito a nosso objeto de estudo, foram analisados os estudos dos pesquisadores Levitsky e Ziblatt, “Como as democracias morrem” (2018), o qual expôs diversos exemplos de eventos antidemocráticos que culminaram no fim da democracia e instalação de regimes de exceção em diversos países. Assim, faz-se necessário citar Eric Hobsbawm, sua obra “A era dos Extremos: o breve século XX(1914-1991)”, que mostra como atos extremistas levaram a conflitos no século XX, sendo de grande importância a contribuição deste autor que trata da contemporaneidade. Importante destacar que muitas das práticas como o ódio aos partidos e defesa do totalitarismo podem ser vistos no Brasil. Ao mesmo tempo, o livro de Levitsky e Ziblatt também enfatiza regimes democráticos que começam a ter atos intolerantes, vide os Estados Unidos da América<sup>32</sup>:

Ao longo dos últimos 25 anos, democratas e republicanos se tornaram muito mais do que apenas dois partidos competidores, separados em campos liberal e conservador. Seus eleitores encontram-se hoje profundamente divididos por raça, religião, geografia e mesmo “modo de vida” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2010, p. 187).

Esta reflexão auxilia a traçar elementos que contribuem para a demonstração de atos que se contrapõe à democracia no Brasil, destacando o discurso proferido pelo então presidente Jair Bolsonaro que, após a derrota de Donald Trump em 2020, tentou por em xeque o sistema eleitoral e democrático brasileiro: que atos extremistas poderiam se repetir no Brasil em 2022,

---

<sup>32</sup> Recentemente os Estados Unidos foram vítimas de atos extremistas instigados por Donald Trump, como a não aceitação da sua derrota na disputa eleitoral de 2020 para Joe Biden. Vide o exemplo da Invasão do Capitólio. Ver matéria da BBC, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55586296> . Acesso: 31/01/2021.

caso não se adotasse o voto impresso no país<sup>33</sup>. Ademais, colocar o sistema eleitoral em falta de credibilidade é uma forma de não aceitação da vontade popular e que prepara terreno para que atos de viés extremista tomem conta do país em um futuro próximo.

O presente relatório também se embasa nas pesquisas realizadas por José Murilo de Carvalho, principalmente em relação à luta pela cidadania no Brasil, dentre elas os Direitos Sociais e Políticos, sobretudo conquistas sociais alcançadas no período de 2002-2016 dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Muitos desses direitos foram questionados pelas elites que após o impeachment de Dilma Rousseff passariam a governar em prol das oligarquias econômicas e políticas.

Para discutir o autoritarismo e o regime de exceção, é utilizado como embasamento teórico de Hannah Arendt, em sua obra “O Sistema Totalitário” (1978), e também sua teoria da “Banalidade do mal” e de Giorgi Agambem, “Estado de exceção” (2003). Isto nos permite adentrar a fundo no pensamento daqueles que defendem estas ideias, vide a presença de pensamentos em prol da ditadura nos atos de manifestações extremistas no país.

Além de todo o exposto, há de se ressaltar, que neste contexto o tema proposto também se identifica por fontes visuais (fotografias), por símbolos que hoje separam as correntes ideológicas: a exemplo disso, a extrema direita “sequestrou” o simbolismo da bandeira nacional brasileira, para mostrar seu nacionalismo ao mesmo tempo em que atribuem aos opositores políticos a alcunha de “vermelhos comunistas”.

Também é destacado que nas manifestações realizadas em junho de 2013 até à eleição de 2018 foram queimadas bandeiras do Partido dos Trabalhadores, imagem esta que deixa rastros de sua própria história, evoca experiências sobre o tempo de sua produção e circulação.

Mauad em seu artigo “Como nascem as imagens? Um estudo de história visual” relata, sobre as manifestações de 2013, que quando praças públicas e ruas são novamente invadidas por uma multidão, que “*imagens poéticas fornecem sentido às ações coletivas, criam memórias das gerações, atribuem valor ao que parece ordinário mas, sobretudo, conseguem transformar expectativa em esperança*” (MAUAD, 2013).

Por fim, foram utilizados documentários, *podcast*, jornais da cidade do Recife (*Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio*) e mídia digital como *podcasts*

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/sem-voto-impresso-elei%C3%A7%C3%A3o-de-2022-ser%C3%A1-pior-que-a-dos-eua-diz-bolsonaro/a-56163441> Acesso: 31/03/2021.

e vídeos do Youtube, como forma de demonstrar como foram narradas as manifestações antidemocráticas na da cidade do Recife/PE.

A mídia teve um papel importante neste momento político, eles demonstravam pouca compreensão dos movimentos. Os discursos eram desfavoráveis às manifestações e atribuíam a violência ocorrida nas ruas aos manifestantes. Um exemplo do discurso desfavorável às manifestações de junho de 2013 é do jornalista Arnaldo Jabor, no Jornal da Globo, dia 13 de junho, disponível no Youtube: *“os pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotovs, que ganham muito mal. No fundo tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo [...] A causa deve ser ausência de causa”*.

Percebe-se que uma parcela significativa do apoio às manifestações veio das redes sociais. As imagens que circularam nestas causaram comoção, sobretudo revolta. Não raro, o passado foi revisitado e surgiram comparações com a polícia que reprimia as manifestações em tempos da ditadura. As gravações que saíram dos celulares dos manifestantes mostravam um outro olhar sobre as manifestações, um olhar parcial que focou apenas em mostrar a violência policial, sem levantar o debate merecido ao tema.

## **6. FONTES JORNALÍSTICAS**

Na presente pesquisa, foram utilizados três grandes jornais da cidade de Recife. Fez-se necessário uma pequena análise de cada um deles, para saber como nasceu e seus fundadores.

### **Análise de três grandes jornais sobre um período do momento político do Brasil:**

**Diário de Pernambuco** – O Jornal mais antigo da América Latina. Foi fundado em 7 de novembro de 1825. Passou por vários grupos, com diferentes interesses políticos. No ano de 1964 houve um apoio à ditadura militar. Dom Helder era o arcebispo de Olinda e Recife e pouco teve atenção deste jornal. Atualmente, o *Diário de Pernambuco* pertence ao Grupo Diário de Pernambuco (78%) Diários Associados (22%).

**Jornal do Commercio** – Fundado em 03 de abril de 1919, em plena campanha para Epitácio Pessoa à presidência da República. Em 1987 a empresa foi adquirida pelo empresário João Carlos Paes Mendonça.

**Folha de Pernambuco** – Fundado em 03 de abril de 1998 pelo grupo EQM (Eduardo Queiroz Monteiro).

**Publicações dos jornais no período anterior ao *impeachment* (março/2015):**

O estudo da História política, não pode dispensar a análise dos periódicos. É importante e enriquecedor à pesquisa se fazer o devido entrecruzamento das fontes para se termos uma visão mais total do contexto histórico. Assim, diz a escritora Marialva Barbosa:

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação - onde não se nega a subjetividade de quem a realiza - tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, pág. 87).

Na presente pesquisa, de forma complementar, foram analisados os periódicos no período de junho de 2013, os meses de março e abril de 2015 e os meses de agosto e setembro do ano de 2016. Em uma análise das matérias veiculadas pelo *Jornal do Commercio*, no período do *impeachment* de Dilma Rousseff foi feita uma grande cobertura quase diária das vaias recebidas por ela em eventos, das matérias de corrupção da Petrobrás, sobre a sua popularidade, delações, como por exemplo as matérias veiculadas nas datas abaixo:

- 09/03/2015 – matéria sobre as vaias recebidas pela Presidente Dilma no momento do discurso do dia 08/03(dia Internacional das Mulheres);
- 11/03/2015 – Presidente vaiada em um evento em São Paulo;
- 16/03/2015 – Matéria de capa: protestos contra o governo Dilma;
- 17/03/2015 – Dilma fala sobre os protestos;
- 18/03/2015 – Matéria sobre a corrupção na Petrobrás;
- 19/03/2015 – Matéria de Capa: pesquisa sobre a popularidade de Dilma Rousseff;
- 24/03/2015 – Publicou uma matéria sobre delação (Petrolão).

O jornal *Diário de Pernambuco* também não foi diferente, e seguia na mesma linha de publicações, mas percebe-se um tom mais intenso, como nos exemplos abaixo:

- 07/03/2015 – deputados investigados;

- 08/03/2015 – matéria sobre a lava-jato e mensalão;
- 09/03/2015 – Matéria: Crise vai gerar semana de manifestações;
- 12/03/2015 – Dilma vira alvo de fogo “amigo”;
- 14/03/2015 – manifestação de apoio a Dilma Rousseff;
- 15//03/2015 – matéria sobre os 30 anos do final da ditadura militar;
- 16/03/2015 – sobre as manifestações: “As ruas mandam o recado” (do trato como ato democrático);
- 17/03/2015 – Dilma fala sobre protestos e admite erro;
- 18/03/2015 – Pacote contra a corrupção com atraso. Críticas ao pacote e afirma que não atende as demandas “das ruas”;
- 19/03/2015 – Capa do jornal: anúncio do pacote anticorrupção. Crise ofusca pacote anticorrupção e matéria mostra a insatisfação dos eleitores;
- 23/03/2015 – Cardeal se manifesta contra Impeachment;
- 24/03/2015 – Matéria de capa: Justiça aceita denúncia contra Vaccari.

Com relação à *Folha de Pernambuco*, este foi o jornal deu espaço a matérias contra e a favor da Presidente, senão vejamos:

- 01/03/2015 – Dilma em defesa da Petrobrás;
- 04/03/2015 – matéria o caderno de economia falando que o medo do aumento da inflação pelos pobres diminuiu;
- 07/03/2015 – políticos pernambucanos envolvidos na Lava-jato;
- 11/03/2015 –Matéria sobre corrupção, delação e impeachment;
- 12/03/, 13/03 e 14/03/2015 – Matéria sobre manifestação em apoio a então presidenta Dilma;
- 15/03/2015 – Jornal fala dos 30 anos da redemocratização;
- 17/03/2015 – Capa: Dilma diz que a corrupção é uma senhora idosa;
- 18/03/2015 – Matérias sobre lava-jatos e investigações de Dilma
- 19/03/2015 – Medidas anticorrupção do governo;
- 20/03/2015 – reportagem sobre médicos cubanos ameaçados;
- 20/03, 21/03 e 22/03/2015 – Matérias sobre a corrupção e rejeição à Dilma.

Os contextos sociais, políticos e culturais do período em que está sendo estudado é fundamental para a realização da análise do discurso:

Nós não seremos capazes de ver a versão alternativa dos acontecimentos, ou fenômenos que o discurso que estamos analisando pretendeu contrariar; não conseguiremos perceber a ausência (às vezes sistemática) de tipos particulares de explicações nos textos que estamos estudando; e não conseguiremos reconhecer o significado do silêncio(GILL,1996b:147)

Ao analisar os periódicos observa-se que o início das manifestações pró-impeachment coincidiu com a Copa do Mundo, um momento de muita visibilidade e que várias pessoas estariam no mesmo lugar. Os protestos eram espontâneos e não programados, de modo que aconteceram várias manifestações contrárias a Dilma Rousseff em dias de jogos. Pela análise dos periódicos acima, observamos que o jornal *Folha de Pernambuco* foi aquele que mais deu visibilidade aos atos em favor Dilma Rousseff quando comparado aos outros dois jornais estudados. No ano de 2015, no mês de março, houve uma intensificação dos protestos e posteriormente retoma com mais veemência no ano de 2016.

Com a análise feita nos três grandes jornais no mês de abril de 2016(mês do *impeachment*), como estava ocorrendo no Rio de Janeiro as Olimpíadas, os jornais veicularam durante quase todo o mês apenas enfoques olímpicos, deixando para o impeachment, apenas os primeiros dias do mês de agosto, bem como a última semana.

O processo formal do impeachment foi iniciado no dia 02 de dezembro de 2015, mas o processo para a retirada de Dilma do poder começou com sua vitória nas urnas, nas eleições de 2014, quando a oposição, canalizada na figura do candidato Aécio Neves do PSDB, não aceitou o resultado das eleições.

Jessé Souza, crítico do processo de impeachment que escreveu o livro “A Herança do Golpe”, afirma que “já em junho de 2013 havia um delineamento geral de todas as forças que e articularam mais tarde para o golpe de abril de 2016.” (SOUZA, 2022, pág. 106). Ele entende que existe uma linha que liga as manifestações de junho de 2013 com o golpe de 2016, pois aquelas tinham pautas localizadas, municipais e com a ajuda da mídia, essas pautas foram federalizadas, ou seja, foi criada uma corrente para a “salvação da pátria” com enfoque em protestos que criticavam serviços públicos e os manifestantes eram os defensores da nação.

As relações entre a mídia e a política no Brasil são conhecidas e não é condenável que a imprensa tenha seu próprio posicionamento político. No entanto, não podem se esquivar de

seu objetivo central, que é investigar de forma igualitária governo e oposição, para que a verdade chegue à sociedade da forma mais clara possível. Sabe-se também que através de editoriais, os veículos de comunicação dão o recado de qual lado estão na política. Entretanto, o que não deve ocorrer em uma democracia é que alguns veículos tenham mais liberdades e voz que outros, uma vez que essa balança desigual nos “volumes das vozes” pode se refletir diretamente na política.

Uma repórter do Jornal Nacional perguntou a um dos líderes do MPL que pretendia encerrar os protestos já que o aumento das passagens fora revogado, se as “outras pautas”, como a PEC 37 e o combate à corrupção, não mereciam também continuar nas ruas. O líder respondeu que essas jamais foram pautas do movimento e se declarou contra a hostilização de partidos políticos. A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava um arremedo de festa popular, comandado agora pela classe média branca e conservadora, contra a corrupção e a ladroagem na política, que se tornava definitivamente sua bandeira central (SOUZA, 2022, pág.104).

A mídia tem um importante papel na democracia. A imprensa não foi feita para ser patriótica ou lisonjear algum governo, e sim dizer a verdade. Como diz Tania Regina de Luca, analisa-se os jornais com o cuidado em verificar não o que estes documentos dizem, mas sim, como dizem, para quem dizem e o contexto de sua publicação (LUCA, 2008). Alguns setores da mídia em algumas vezes privilegiam alguns entendimentos em detrimento de outros. Devido às influências dos grupos, ela se movimenta e se nutre de um ambiente formado por interesses e pela opinião privada que passa a se manifestar como pública. No *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a mídia se manifestou em seus editoriais, nas suas fotografias e na veiculação das suas notícias.

## **6.1 ATOS CONTRA O GOLPE DE 2016 NO RECIFE:**

**16/12/2015 18h10 - Atualizado em 16/12/2015 23h14<sup>34</sup>**

### **Recife tem protesto contra *impeachment* e Eduardo Cunha**

Grupo caminhou da Praça Osvaldo Cruz, até a Rua da Aurora, no monumento Tortura Nunca Mais. O ato contou com a participação de integrantes da CUT-PE, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento

---

<sup>34</sup><http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2015/12/recife-tem-protesto-contra-impeachment-e-eduardo-cunha.html>

dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sindicatos e de movimentos estudantis e sociais. Nas ruas foram vistas várias referências ao deputado, como um manifestante que usava máscara dele e segurava "cédulas". Uma faixa trazia a frase: "Fora Cunha, não ao ajuste".



Manifestante no Recife segura cédulas e usa máscara de Eduardo Cunha (Foto: Katherine Coutinho/G1)



Maracatu do Levante Popular puxou a caminhada no Recife (Foto: Katherine Coutinho/G1)



No Recife, manifestantes se concentram na Praça Oswaldo Cruz, no centro (Foto: Katherine Coutinho/G1)

## **Ato contra o impeachment na Faculdade de Direito do Recife em 21/03/2016:**

**Publicado em 21/03/2016 às 22:00<sup>35</sup>**

Pelo menos 200 pessoas se reuniram na noite desta segunda-feira (21) nas escadarias da Faculdade de Direito do Recife (FDR) em um ato contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). A ideia era rebater a ideia de que existe base jurídica para uma deposição da petista. Durante a manifestação, o processo que corre no Congresso foi classificado como um "golpe" e várias críticas foram feitas ao juiz federal Sérgio Moro, que está à frente das investigações da Operação Lava Jato.



Pelo menos 200 pessoas se reuniram nas escadarias da FDR - **FOTO: Alexandre Gondim/JC Imagem**

Ato da CUT em defesa da Petrobras atrai cerca de 2 mil no Recife  
<https://clipping.cut.org.br/739/clipping-cut-especial-13-03-15>  
**13/03/2015**  
Por Marina Falcão | Valor

**Fonte: Valor Econômico**

## **6.2. ATOS A FAVOR DO IMPEACHMENT:**

---

<sup>35</sup><https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/03/21/ato-contr-o-impeachment-na-faculdade>



Publicação de três grandes Jornais em circulação na cidade do Recife

### 6.3. CRONOLOGIA DO IMPEACHMENT

- 15 de outubro de 2015 – pedido de *impeachment* protocolado pelos juristas Miguel Reale Jr. Janaína Paschoal e Hélio Bicudo;
- 2 de dezembro de 2015 – o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, admite o pedido de *impeachment*;
- 17 de março de 2016 - após julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), a Câmara nomeou uma comissão especial para analisar o processo;
- A comissão especial era composta por 65 deputados que representavam 24 partidos
- A ex-presidente teve cinco sessões para defesa;
- 11 de abril de 2016 – a comissão da Câmara apresenta o relatório final favorável ao afastamento;
- 17 de abril de 2016 – em plenário, 367 deputados federais votaram pelo afastamento e 137 contra;
- Com a aprovação da maioria dos deputados, o processo foi para o Senado;
- 12 de maio de 2016 – Aprovação da abertura do processo pelo Senado – Dilma Rousseff foi afastada e Temer assume interinamente;

- 25 de agosto de 2016 – a sessão do Senado foi aberta pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski
- 26 de agosto de 2016 debate entre a acusação e defesa
- 29 de agosto de 2016 – Dilma apresentou a defesa e foi questionada pelos senadores sobre as acusações que recebeu
- 30 de agosto de 2016– discursos finais dos senadores envolvidos no caso
- 31 de agosto de 2016 – Votação final e afastamento definitivo de Dilma Rousseff

## 7.COMO TRÊS GRANDES JORNAIS PERNAMBUCANOS NOTICIARAM O FATO HISTÓRICO DO GOLPE DE 2016: ANÁLISE DOS JORNAIS DO DIA 01/09/2016



### CADERNO POLÍTICA - PÁGINA A3

O dia que não acabou

A cronologia do dia de ontem não será de fácil interpretação para historiadores de gerações futuras. Nem mesmo criativos roteiristas das

melhores séries políticas poderiam escrever uma trama com tantas variáveis e ineditismos. Afinal, não é todo dia que uma democracia assiste a tantas “passagens” de faixa presidencial. O brasileiro acordou no último dia de agosto de 2016 com Dilma Rousseff (PT) como presidente da República afastada e Michel Temer (PMDB) como interino. No meio da tarde, o peemedebista era empossado no Congresso Nacional como presidente efetivo, após a maioria dos senadores (61 votos) cassar a petista. Já à noite, após um dia que parecia não acabar, Temer embarcou para a China, onde participará da Cúpula do G20. Com isso, Rodrigo Maia (DEM-RJ) – agora segundo na linha sucessória por ser o presidente da Câmara dos Deputados e por não existir mais a figura do vice-presidente da República – assumiu, de forma interina, a cadeira do gabinete presidencial no terceiro andar do Palácio do Planalto.

Entre tantas interinidades, afastamento e posse, o dia de ontem marcou uma nova fase de um jogo político que faz parte da vida dos brasileiros há longos meses. As peças são praticamente as mesmas. Elas apenas mudaram de posição no tabuleiro. O ex-companheiro de chapa, que até reclamar de seu papel secundário no governo reclamou, passou de um “vice-decorativo” ao novo chefe da Nação com 2 anos e 4 meses de mandato e uma série de desafios pela frente.

Do lado oposto, a agora ex-presidente da República assume o posto de principal nome oposicionista ao governo peemedebista. Em seu primeiro pronunciamento após ter o mandato cassado, Dilma Rousseff deixou claro que fará “oposição firme, incansável e enérgica” à gestão de Michel Temer.

As outras casas deste tabuleiro político são ocupadas por parlamentares da Câmara e do Senado. O apoio do Congresso é fundamental para o presidente conquistar a governabilidade que tanto faltou a Dilma para aprovar as medidas necessárias e fazer o Brasil sair da recessão.

O recado dado por Renan Calheiros (PMDB-AL) – quase ao pé do ouvido de Temer quando ele chegou ao Senado para tomar posse – deve ter soado como música para o presidente: “estamos juntos”, disse Renan – que dias horas antes tinha votado a favor de Dilma na questão dos direitos políticos.

## INFIDELIDADES

No seu primeiro discurso como presidente definitivo, Temer adotou um tom duro e disse que não irá tolerar infidelidades na base aliada e não aceitará ser chamado de golpista. Em reunião ministerial no Palácio do Planalto, ele afirmou que divisões no Congresso Nacional de partidos que

compõem o governo federal são “inadmissíveis” e “não serão toleradas”. O discurso incisivo foi um recado aos senadores da base aliada que votaram a favor de Dilma Rousseff manter a habilitação para ocupar funções públicas. “Não será tolerada essa espécie de conduta. Quem não quer que o governo dê certo, declare-se contra o governo e saia”, disse.

O novo presidente chegou a afirmar que a decisão foi tomada sem a consulta do governo federal, mas que não está sendo vista como uma derrota direta do Palácio do Planalto. Segundo ele, o resultado passará a mensagem pública de que o governo foi derrotado em um dia e que saiu vitorioso por se tornar definitivo.

Em uma resposta à presidente afastada, que chamou de golpe o desfecho do processo de impeachment, Michel Temer ressaltou que agora o governo federal “não levará mais ofensa para a casa”. Segundo ele, a ordem a partir de agora é contestar com firmeza e energia o discurso da gestão passada, ressaltando que não houve ruptura constitucional ou desrespeito à Constituição Federal.

O peemedebista reconheceu ainda que, a partir de agora, a cobrança ao governo federal será “muito maior” e que pretende fazer uma administração pública descentralizada. “Eu espero que possamos colocar o país nos trilhos do crescimento. Para que possamos sair daqui, em dois anos e quatro meses, com aplausos do povo brasileiro” (VASCONCELOS, 2016).

No geral, a notícia fornece uma narrativa detalhada dos eventos políticos ocorridos no dia 31 de agosto, dando ênfase na transição do poder. Mas é necessário lembrar que as narrativas nos são apresentadas e interpretadas de forma seletiva, tal qual nos diz Roger Chartier em “A História cultural: entre práticas e representações” (CHARTIER, ano). O discurso dá destaque aos protagonistas e os papéis políticos que foram alterados. Sob a luz de Mikhail Bakhtin, temos uma amostra de vozes sociais em conflito (BAKHTIN, 2011).

Quando da evidência da promessa de Dilma ser oposição firme ao governo Temer, pode-se invocar aqui Antonio Gramsci, que define que a oposição tem papel fundamental na contestação da ordem imposta e a criação de novas narrativas (GRAMSCI, 2001).

Quando Michel Temer endurece o tom contra ser chamado de golpista, podemos resgatar um conceito de Michel Foucault: o poder não se manifesta apenas na capacidade de reprimir, como também na moldagem da criação das representações, ou seja, Temer quer criar para si uma representação aversa à pecha de golpista que lhe é imputada (FOUCAULT, 1996).

## INJEÇÃO DE CONFIANÇA NA ECONOMIA

A chegada do presidente Michel Temer à Presidência, desde quando se tornou interino, aumentou a confiança do mercado, de consumidores e de empresários na economia brasileira. A mudança de governo trouxe a expectativa de que a nova equipe econômica – chefiada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles – pudesse realizar as reformas necessárias, sobretudo na área fiscal.

A confiança tem papel fundamental no comportamento da economia. Para os consumidores, traz disposição de tomar créditos e comprar bens duráveis, como veículos. A confiança também motiva os empresários a investir mais, gerando empregos. “A expectativa mais positiva começou com a Ponte para o Futuro (documento com diretrizes para a economia elaborado pelo PMDB). Ele foi bem desenhado, assim como o diagnóstico dos problemas da economia brasileira”, diz Alessandra Ribeiro, economista da Tendências Consultoria Integrada.

A melhora recente da confiança inverte tendência de deterioração que começou em 2013 e se agravou em 2014 e 2015. No segundo semestre do ano passado, as sondagens realizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) mostraram que a confiança atingiu o pior patamar da série histórica em diversas áreas. “Na cabeça dos empresários, a chance de uma recuperação consistente era pequena na gestão Dilma Rousseff”, afirma Aloisio Campelo, superintendente de estatísticas públicas do Ibre/FGV.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que em agosto a confiança atingiu 102 pontos, alta de 3,1% sobre o mesmo mês do ano passado. “Consumidor mais otimista tende a consumir mais. O problema hoje é que eles estão sofrendo com um desemprego elevado e uma renda mais apertada”, afirma Renato da Fonseca, gerente da pesquisa da CNI (REDAÇÃO, 2016).

O discurso em análise enfatiza a importância da confiança na economia, apresentando-a como um fator decisivo no comportamento econômico. O tom utilizado é de otimismo em relação a chegada de Michel Temer, quase apologético. Mais uma vez serão invocados

conceitos de Gramsci: a manipulação de ideias é uma ferramenta para a perpetuação de um *status quo* (GRAMSCI, 2001).

A mensagem do texto faz alarde ao crescimento de 3,1% na confiança na economia em comparação ao mesmo período no ano anterior, mas além desta porcentagem não ser um grande indicativo de significativa melhora, a confiança é algo imaterial, e naquele momento não manifestava nenhuma mudança positiva. Tanto Darnton como Chartier discutem em suas teorias que o uso de estatísticas é parte de estratégias para manipular opiniões e promover pautas políticas. Por fim, o discurso tenta atribuir à gestão Dilma a falta de confiança dos empresários, apresentando o novo governo como uma necessária resposta.

Ressalte-se, também, que nas páginas iniciais do jornal o jornalista Vandreck Santiago, do *Diário de Pernambuco*, começa o texto dizendo que foi como um filme onde já saberíamos que o ator principal morreria no final. E complementa “Não importam as reviravoltas do roteiro, aconteça o que acontecer ela vai inevitavelmente encontrar-se com seu trágico destino.” A matéria continua com os desafios que Temer terá para recuperar o crescimento econômico, ajustar a economia, pacificar a política, entre outros objetivos.

Tomando como base os ensinamentos da Análise do discurso, da maneira em que a linguagem é empregada e analisando também os silêncios, não se fala em crimes cometidos pela então presidenta Dilma Rousseff, mas que era certa a sua saída. O problema existente, era econômico, político, social, mas não há relatado nenhum pressuposto constitucional para o impeachment<sup>36</sup>, tão pouco se fala em Golpe.

---

<sup>36</sup>Pressupostos constitucionais para a ocorrência do *impeachment*: que o presidente da República cometa os crimes de responsabilidade elencados no art. 85, incisos I a VII da CF



**FOLHA DE PERNAMBUCO**

O jornal fez uma reportagem e entrevista com Dilma Rousseff. Ela teve a oportunidade falar sobre o golpe sofrido, compara o que teve naquele momento ao que teve no governo militar, lembrando que levou dois golpes na vida. Lembra que as maiores ações contra a corrupção foram desenvolvidas em seu governo, diz que os golpistas rasgaram a constituição e que retornará à jornada “rumo a um Brasil em que o povo é soberano.” Por fim, citou Darcy Ribeiro e o poeta russo Vladimir Maiakovski: “Não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles como já o foi em décadas passadas...” “Não estamos alegres, é certo, mas também porque razão haveria de estar triste? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.”

Logo na primeira página, nos deparamos com uma estética que se faz necessário comentar. O fundo preto, que muitas vezes é relacionado à escuridão ou luto, provavelmente é utilizado para reforçar a solenidade do momento. A imagem de Michel Temer é posta acima de Dilma Rousseff, no que pode ser um indicativo de sua vitória sobre ela. Seu olhar sério, que quase esboça um leve sorriso pode ser lido como uma expressão de confiança determinada em seu novo papel, enquanto que a expressão severa de Dilma reflete a frustração e inconformidade com o momento.

## CADERNO POLÍTICA, PÁGINA 1

### Duas sentenças e um precedente

O dia de ontem foi histórico. Representou o desfecho da lenta agonia política nacional, que viu sua primeira presidente mulher ser destituída do cargo, após um processo de impeachment que se arrastou por nove meses na Câmara e no Senado: por 61 votos favoráveis e apenas 20 contrários a seu afastamento, a mineira Dilma Rousseff foi tirada definitivamente do cargo.

O julgamento conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, já seria dramático o suficiente, pelo esforço dispensado entre opositores e aliados da petista. Mas uma manobra inesperada tornou o episódio duplamente impactante: ao mesmo tempo em que depôs Dilma, o Senado Federal a isentou da inabilitação para funções, que a deixariam por oito anos impossibilitada de ocupar cargos públicos.

[...]

### Indignação

A articulação acabou criando uma crise na base do governo. Defendida por Renan, a medida desagradou o PSDB, DEM e demais partidos que militaram pelo impeachment. Eles acusaram parte do PMDB de os ter “traído”.

[...] O próprio Temer se disse surpreso e se solidarizou com tucanos e democratas, que pretendiam apresentar recurso ao STF, projeto abandonado por colocar em risco todo o processo, inclusive o afastamento da petista do cargo.

Apesar de conformada com a decisão, a oposição alerta para um risco: o precedente pode refletir na votação do processo de cassação do ex-presidente

da Câmara, Eduardo Cunha, que deve ser julgado este mês (REDAÇÃO, 2016).

Sob o prisma de Hannah Arendt, somos convidados a pensar sobre poder e política, onde a realização da cassação de Dilma é uma manifestação de poder político outorgado pela lei que rege as ações humanas e “está acima” dos interesses dos atores políticos. (ARENDR, 1993). Habernas (1984) nos atentaria ao fato da publicidade das comunicações políticas, consequência de uma esfera pública que funciona de forma satisfatória, apesar de motivos ulteriores que conduziram ao impeachment.

A manobra de ter concedido a Dilma a continuidade de sua habilitação política, manobra que desagradou à oposição, pode ser ligada a ideia de Pierre Bordieu de que às vezes a política configura uma verdadeira arena onde seus gladiadores lutam por hegemonia política e acúmulo de influência (BORDIEU, 1996).

A preocupação dos atores do impeachment frente ao precedente criado pelo Senado, no que diz respeito a votação pela cassação de Eduardo Cunha vai de encontro a um conceito de Benedict Anderson, a “comunidade imaginada”. Neste caso, os políticos estão criando imaginariamente um cenário em que enfrentarão as consequências a longo prazo de suas decisões naquele momento (ANDERSON, 2008).

## CADERNO POLÍTICA, PÁGINA 4

### Cenário ainda prevê turbulências

A instabilidade política e econômica que paira sobre o Brasil teve mais um capítulo: o impeachment da agora ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Os próximos passos ainda são uma incógnita, mas nenhum dos especialistas entrevistados pela Folha de Pernambuco acredita que as turbulências irão se dissipar com a destituição da petista. O governo Michel Temer (PMDB), afirmam, terá pela frente a incumbência de aprovar medidas impopulares e resistir às denúncias da Operação Lava Jato.

O sociólogo Victor Rodrigues, da UFPE, avalia que o impeachment não significa o fim das crises política e econômica, sobretudo por que o país sai dividido deste processo. Já o cientista político Guilherme Reis, da UniRio, pondera que a destituição pode gerar uma instabilidade por décadas. “Ganhar

pelo voto não é uma questão em disputa. A partir de hoje (ontem), a gente nunca vai saber se quem ganhar nas urnas vai poder governar de fato”.

Já o economista Guilherme Mello, da Unicamp, diz que o impeachment reduz apenas um grau de incerteza, mas não acaba com ela. As investigações do Tribunal Superior Eleitoral sobre a chama Dilma-Temer, as delações da Operação Lava Jato e as reformas impopulares, que Temer precisa aprovar, são ingredientes para instabilidade. Para Mello, a estabilidade só ocorrerá com um “acordo social”. Em pouco mais de três meses de governo Temer, três ministros caíram, após delações no bojo da Lava Jato – Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência) e Henrique Alves (Turismo).

O cientista político David Fleishcer, da UnB, supõe que agora, na campanha eleitoral, a turbulência se reduzirá, pois o PT e os aliados se concentrarão nas eleições “para não perder espaço”, mas após o período eleitoral retornará. “Vai ter bastante turbulência para aprovar as reformas que Temer precisa, como a trabalhista e a previdenciária”, pondera ele, acrescentando que elas devem ficar para 2017 (MONTANINI, 2016).

Foucault (1999) nos faz refletir sobre o poder inerente aos discursos. No discurso em questão, percebe-se que as elites sociopolíticas desejavam e agiam em prol do impeachment. Neste texto, encontramos traços do discurso dialógico de Bakhtin (2006), manifestado nas diferentes opiniões dos especialistas consultados.

Hobsbawm em seu “a era dos extremos” (1995) nos lega uma visão histórica acerca do poder e as crises da política. O cenário de instabilidade na política brasileira pode facilmente ser encontrado em suas análises sobre momentos de crise nas sociedades, e as consequências a longo prazo desses momentos históricos.

O fim da era PT

A derrocada de Dilma representou muito mais do que a segunda interrupção do mandato de um presidente, na história recente da democracia brasileira. Significou também o fim de um legado de 13 anos de gestão do PT à frente do Planalto. Da vitória histórica do ex-presidente Lula, em 2002, até a queda, os quatro mandatos do PT experimentaram momentos de glória e declínio.

Em 2003, Lula foi empossado com o discurso da esperança e tendo como principal meta o combate à miséria. Em oito anos de gestão, o petista empregou diversos programas sociais, obras estruturadoras e alavancou a economia do país, que chegou a sexta maior do mundo. Suas façanhas lhe renderam uma alta popularidade, ao final do seu segundo mandato, em 2010, o que lhe credenciou a eleger sua sucessora, Dilma Rousseff. Mas, nem tudo foram flores. Lula acumulou o desgaste político com a revelação do esquema do “Mensalão” em 2005. Anos depois, o escândalo levou para a cadeia os seus principais ministros, José Dirceu e José Genuíno.

Já na Era Dilma, em 2011, os programas sociais foram ampliados, mas sofreram o revés de uma grave crise econômica. Para piorar, a petista enfrentou diversos problemas relacionados ao escândalo de corrupção na Petrobras. Reeleita em 2014, passou a perder progressivamente apoios no Congresso e, inviabilizada, terminou sendo cassada, ontem.

O cientista político Antônio Lucena pondera que o maior legado do PT são os avanços sociais: “Foram extremamente importantes, principalmente programas sociais para debelar problemas no país, como a fome endêmica”. Ele considera que os principais fatores que contribuíram para o fim da era do PT foram a crise internacional e a série de equívocos internos, como falta de traquejo com o Congresso.

O texto cita os avanços sociais como o maior legado da era PT. Segundo Jessé Souza, as desigualdades sociais sempre se fazem presentes e moldam as pautas políticas do Brasil (SOUZA, 2017). O texto menciona a crise internacional e equívocos internos como fatores que contribuíram para o fim da era do PT, que pode ser lida como uma perda de hegemonia por parte do partido, fruto das contradições e lutas de classe dentro da política brasileira (OLIVEIRA, 2013).

## CADERNO COTIDIANO, PÁGINA 1

Como fica o social?

O dia a dia da população de uma cidade brasileira, como o Recife, está diretamente ligado às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal. Programas sociais, investimentos em educação, saúde, mobilidade e urbanismo, interesse – ou falta dele – em garantir os direitos humanos, tudo isso influencia na vida dos pernambucanos. As ponderações sobre o futuro feitas por especialistas podem ou não se concretizar. As opiniões, inclusive, divergem. Mas os impactos da mudança já são sentidos, antes mesmo do processo ser finalizado pelo Senado, ontem.

“A contratação de novos projetos para a faixa 1, que é a de famílias que ganham até R\$ 1,8 mil, já está suspenso. E a discussão é que só haja financiamento para quem ganha mais, mas para a população mais pobre, que depende de subsídio, a tendência é reduzir e até há risco de acabar”, lamentou a diretora executiva nacional da ONG Habitat para o Brasil, Socorro Leite. Como interino, Temer já propôs teto de gastos para saúde e a educação, o que influencia no funcionamento de hospitais e do ensino médio no Estado, por exemplo. “O impeachment é um passo importante, mas ainda não é a solução. Limitar os gastos na saúde é fazer um sacrifício que afeta a população. Isso sempre é ruim”, comentou o diretor do Sindicato dos Médicos de Pernambuco, Mário Jorge Lobo.

O processo pode, inclusive, ter consequências para o comportamento do brasileiro. Para o professor de direito da UFPE, Bruno Galdino, o impeachment pode parecer uma forma sorrateira de retirada de uma presidente eleita do poder e não um efetivo combate à corrupção. O que dividiria ainda mais a população e traria a sensação de que a Justiça e a lei não são para todos. “Em um cenário otimista, teríamos a Justiça alcançando criminosos de modo suprapartidário, punindo os que efetivamente cometeram delitos, sem selecionar o deste ou daquele grupo político ou partido. Em um pessimista, a punição apenas dos supostamente corruptos de um dos lados pode levar a um amplo descrédito dessas instituições (REDAÇÃO, 2016).

O texto apresenta inequivocadamente uma preocupação com a continuidade e rupturas das políticas públicas em meio ao cenário da mudança de governo. A narrativa apresenta uma preocupação com as políticas públicas e os impactos sociais da mudança de governo no Brasil. Visitando Foucault, podemos pegar emprestado o termo “governo da população”, onde o poder do Estado exerce determinado controle sobre a vida dos cidadãos se valendo de políticas

públicas, que também são dispositivos de poder (FOULCAULT, 1999). Na visão de Bakhtin (2010), os cortes dos gastos em saúde e educação sob o governo Temer é uma manifestação ideológica do governo, que sob as vestes da prática política, muda a realidade e afeta de forma direta os cidadãos.



O Jornal do dia 01/09/2016 fez uma edição especial, onde se aborda vários aspectos. Nessa abordagem, faz uma pergunta e coloca cada uma em uma folha: O que será amanhã? Como ficará a cultura, Como fica o social, tem uma página dedicada à política internacional, o que os países acharam e a opinião da imprensa internacional. Demonstrando que os países da América Latina como Equador, Bolívia e Venezuela não apoiaram o *Impeachment*, por outro lado a Argentina e os EUA apoiaram e ainda elogiou as instituições brasileiras e reiterou o respeito às regras democráticas.

Inicialmente cabe registrar a foto da reportagem onde se observa uma mulher, cansada, abatida, aparentemente derrotada. Fazendo uma comparação ao editorial da *Folha de Pernambuco* onde foi publicado o discurso de despedida de Dilma Rousseff, há uma contradição. No discurso foi apresentado uma mulher que forte, esperançosa no Brasil e sem



desistir da luta. A matéria fala dos erros políticos, econômicos, do descontrole das contas públicas, da sua inabilidade política, dos gastos públicos, baixo crescimento do PIB. Descrevendo que seu erro ou sua culpa vai além das pedaladas fiscais, mas de um conjunto de coisas que a fez se tornar vilã de si mesmo. Continuando, ainda, falando da lava-jato, desemprego, impopularidade, no entanto, nada foi falado dos requisitos constitucionais para a motivação de impeachment. No mesmo caderno, o foco era o que Temer iria apresentar para dar continuidade ao governo e a volta do partido dos Trabalhadores como oposição do governo.

Este editorial faz uma análise do impeachment, primeiramente colocando a opinião de um economista afirmando que o “desastre” na economia causado pelo governo Dilma, vai precisar de muitos anos para ser superado. Em seguida há opiniões de um professor da PUC-São Paulo e um sociólogo da USP. O primeiro faz referência que o *impeachment* de Dilma será uma discussão de muitos anos motivada por paixões, diferente de Collor que foi uma unanimidade. Ao final da frase deste professor, o jornal acrescenta que é uma explicação do professor que vê o *impeachment* como golpe. Continuando, o jornal reproduz a opinião do sociólogo Brasília Sallum Júnior;” o argumento de que o *Impeachment* atual é um golpe pode mobilizar a militância petista, mas não é majoritário e dificilmente vai cristalizar”. Há também a opinião da historiadora e doutora em ciência política, a professora Célia Regina Jardim Pinto da UFRGS que argumenta sobre a misoginia com Dilma. Por fim, compara os dois *impeachments* da história do Brasil. Assim, observa-se que mesmo levantando temas tão importantes, não se discorre deles.

“Presente e futuro nos desafiam”

No pronunciamento após o impeachment de Dilma (PT), o agora presidente Michel Temer (PMDB) disse saber o “peso da responsabilidade” que carrega. Ressaltou a importância da aprovação do teto dos gastos, alertou que não terá como pagar aos aposentados em um futuro próximo sem reforma da Previdência e falou em “modernizar” as relações trabalhistas. Antes, em reunião com ministros, pediu que não deixassem sem resposta duras as acusações de “golpista”.

“Esta história não acaba assim”

Após ter mandato de presidente cassado por 61 votos a 20 no Senado, sem ser inabilitada para funções públicas – tema que causa polêmica -, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) disse que foi vítima de um golpe “parlamentar”, “homofóbico”, “racista” e “misógino”. Além do ataque, garantiu: “Voltaremos para continuar a jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano”. E prometeu, contra o agora presidente Temer (PMDB), “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer” (CAPA. Jornal do Commercio, 2016).

Ao conduzir a análise do discurso, não se deve apenas considerar o conteúdo das declarações de Dilma e Temer, mas também a forma como são dispostos na página, pois isso contribui para a apreensão de alguns significados e sentidos.

Michel Temer faz alusão ao “peso da responsabilidade” que carregará em seu mandato, evocando a retórica da responsabilidade, que remete ao discurso de figuras políticas que querem transmitir a imagem de que estão sempre agindo com lisura, de fora comprometida com a honestidade (BITTAR, 2003). Em contrapartida, Dilma não se faz de rogada de classificar sua deposição como um golpe de estado.

Ao se valer de uma estética que coloca a ex-presidente de ponta cabeça em relação ao presidente empossado, cria-se uma simetria visual que representa a polarização que marcou todo o processo de impeachment (DIAS, 2019). Fairclough alega que a forma como os

elementos são dispostos numa página desempenha um papel fundamental na construção de significados (FAIRCLOUGH, 2003).

Ao afirmar que manterá “a mais firme, incansável e energética oposição”, Dilma vai de encontro a um discurso comum de líderes políticos que foram removidos do poder, mas prezam pela manutenção de sua legitimidade e relevância, acenando também a uma intenção de mobilizar apoiadores (VIEIRA, 2012).

No geral, o discurso presente na capa do jornal reflete a polarização política e a narrativa concorrente sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Michel Temer enfatiza a responsabilidade e a necessidade de reformas, enquanto Dilma denuncia o que considera um golpe. A disposição dos elementos na página também contribui para a representação visual dessa polarização. Esses elementos refletem as tensões políticas e ideológicas que marcaram aquele momento na história política do Brasil.

Em linhas gerais, a capa desta edição do *Jornal do Commercio* é uma representação da polarização tanto política quanto narrativa sobre o processo de impeachment. Temer envereda pelo discurso da necessidade de reformas e responsabilidade, enquanto Dilma acusa todo o processo de ser um golpe institucionalizado. Como ambos são representados na página serve como alegoria da polarização.

## ESPECIAL PÁGINA 5

Dilma Rousseff tem uma biografia repleta de simbolismos. Foi presa e torturada no período da ditadura militar e décadas depois tornou-se a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil. Também foi a primeira mulher a fazer o discurso de abertura da Assembleia das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2011. No início de sua gestão, alcançou 56% de aprovação popular, um índice superior ao de Lula (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no começo de seus mandatos. Essas referências, porém, tendem a ser ofuscadas pelo fato de Dilma ter sido destituída do cargo máximo político do país por meio de um impeachment.

Eleita em 2010, Dilma pavimentou o caminho até a vitória com a ajuda de Lula. O ex-presidente, que se refere à aliada como a “Mãe do PAC”, em alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento, considerado um carro-chefe de seu bem sucedido segundo mandato, apresentou a petista como uma gerente competente em transformar projetos em realidade.

O início do governo Dilma foi marcado por denúncias de corrupção de alguns ministros. A petista agiu rápido e demitiu os auxiliares. Essa faxina ética teve ressonância popular imediata comprovada nas pesquisas de opinião. “Havia uma expectativa de que ela seria imbatível na luta contra a corrupção”, destaca Juliano Domingues, cientista político da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

Para outros analistas, apesar da aprovação popular, Dilma tropeçou na inexperiência política e afundou a própria gestão ano após ano. “Ela foi uma presidente sem liderança, que não recebia políticos e não tinha paciência para conversar. Isso colidiu com o Congresso, que é uma casa política”, avalia Márcio Coimbra, coordenador do MBA de Relações Institucionais do Ibmecc.

O coordenador do Laboratório de Política e Governo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Milton Lahuerta, reforça a ideia de que a falta de jogo de cintura de Dilma junto ao Congresso gerou problemas. “Ela tinha uma profunda aversão pela política parlamentar e houve uma erosão em sua base ainda no primeiro mandato porque Dilma não tinha as condições básicas para exercer a presidência”, aponta.

Juliano Domingues vê o insucesso da gestão Dilma de uma forma mais complexa. “A queda da aprovação pode ser creditada a uma combinação de fatores políticos e econômicos. Eles dizem respeito, principalmente, ao fim do chamado superciclo das *commodities*, decisões de controle fiscal tomadas que se mostraram equivocadas e à conturbada relação com o Legislativo”, avalia.

Em 2013, quando Dilma acumulava dois anos à frente da Presidência da República, o Brasil foi tomado por uma série de protestos. A petista não era o alvo principal das manifestações, ao contrário do que ocorreu em 2015 e este ano. “Os grupos que iam às ruas em 2013 não gritavam ‘Fora Dilma’. Era para ela ter dado respostas mais imediatas, mas não conseguiu fazer uma leitura mais clara das manifestações, diz o cientista político Uribam Xavier, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em 2014, Dilma tentou a reeleição e venceu, mas assumiu o segundo mandato com um país bastante dividido. Pressionada pelos opositores, também foi cobrada por aliados e eleitores por não colocar em prática as promessas de campanha. “Dilma sinalizou que não implementaria uma agenda neoliberal, mas quebrou o pacto com o povo”, enfatiza Uribam Xavier.

Some-se a esse cenário a briga com o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que se tornou presidente da Câmara dos Deputados em 2015, e os desdobramentos da Operação Lava Jato. A Investigação, iniciada em 2014, não impediu a reeleição de Dilma, mas contribuiu para reduzir a popularidade da presidente nos anos seguintes. Em 2015, as manifestações contra a petista se intensificaram nas ruas por meio dos chamados panelaços.

“O segundo governo se iniciou em um cenário bastante conturbado e foi resultado de uma campanha eleitoral bastante acirrada. Os cenários econômico e político se degradaram gradualmente e os desdobramentos da Lava Jato minaram ainda mais a imagem de um governo limpo. Combinados, esses fatores acabaram por gerar um contexto bem desfavorável à manutenção do governo”, explica Juliano Domingues.

## ARTICULAÇÃO

Sem interlocução com o Congresso, Dilma apelou para que o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumisse a articulação política do governo. Meses depois, os dois estariam rompidos e cresceriam as movimentações em torno da instalação de um processo de impeachment, rotulada de golpe pelos aliados da petista. “Houve uma derrubada feia da presidente. Não á elementos jurídicos para o afastamento de Dilma. Não há golpe apenas com as Forças Armadas”, afirma Francisco Queiroz, diretor da Faculdade de Direito do Recife, que subscreveu, junto a outros juristas, um documento em defesa de Dilma.

Líder do governo Dilma no Senado, Humberto Costa (PT) diz que a história fará justiça à aliada. “Fica a imagem do golpe. Mesmo pessoas que eram contrárias ao governo entendem que houve um processo injusto e maculado por uma carga política. A oposição, a grande mídia e setores do Judiciário desestabilizaram o governo e fizeram uma sabotagem permanente”, relata.

O cientista político Uribam Xavier discorda do senador. “Essa tese de golpe vai ficar na memória de algumas pessoas, mas do ponto de vista da história não vai prevalecer”, assegura. Milton Lahuerta, da Unesp, tem uma visão ainda mais crítica. “Dilma jamais poderia ter sido presidente. Ela entrou pequena e saiu menor”, ressalta.

Para o cientista político Juliano Domingues, foi um final melancólico. “Dilma sai menor do que entrou. Os números relativos à percepção da opinião pública indicam isso muito claramente. O processo de impeachment formaliza

o sepultamento de um governo que lá se apresentava, há algum tempo, em avançado estado de decomposição política”, crava. (BENITES, 2016).

O texto inicialmente destaca a trajetória de Dilma Rousseff, indo de sua prisão e tortura pela ditadura até seu ascender ao cargo máximo da República. No entanto, contrariando o título da matéria, o texto se foca em enfatizar aspectos negativos de seu governo, como a falta de liderança, inexperiência e falta de manejo com diálogos, o que pode ser lido como uma estratégia editorial para reforçar o tom de crítica em relação à Dilma.

O texto detalha sobre as dificuldades da ex-presidente, sempre dando ênfase a uma falta de jogo de cintura político e os atritos com o Congresso. Pierre Bourdieu em seu “O poder simbólico” aponta que isso pode ser parte de uma estratégia de minar o capital simbólico de Dilma (BORDIEU, ANO).

## PÁGINA 8

### Presidente Temer

O país tem novo presidente da República desde ontem. Um previsível desfecho do processo de impeachment que julgou Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Assim, o vice eleito com Dilma nas duas últimas eleições, Michel Temer, deixou a interinidade e passou a comandar o Executivo, tomando posse como presidente da República. Temer exercerá o mandato durante o tempo que resta, quase dois anos e meio, até 2018.

A saída de Dilma e do PT do Planalto vira uma página importante da crise política, mas não soluciona automaticamente. Até porque o PMDB de Temer, Renan, Sarney e Eduardo Cunha era parte integrante e ativa nos governos Lula e Dilma, sendo considerados pelo PT – que hoje o detrata – tão crucial que recebeu o cargo de vice por duas vezes consecutivas. A deterioração dos serviços públicos, da gestão governamental e das finanças da União, em larga medida responsável pelo agravamento da crise política e da recessão econômica, também pode ser debitada dos aliados de primeira hora do governo Dilma, que nele tomaram assento e dele tiraram proveito, como os peemedebistas.

Assim, a primeira grande tarefa do novo titular da faixa presidencial é conquistar a respeitabilidade perdida pelo governo do qual participava. Foi da aliança PT/PMDB que emergiu um Brasil afundado na lama da corrupção, no descontrole orçamentário e na desarticulação institucional. Resgatar a ética na administração pública e na relação do governo com a sociedade, buscar o

equilíbrio das contas e reaver o diálogo silenciado pelo estilo de Dilma em quase seis anos de equívocos – eis a síntese do que se espera de Michel Temer agora, de hoje em diante, como presidente da República de fato e de direito.

A verdade é que sua responsabilidade aumenta, na medida não apenas em que sai da sombra da interinidade, mas também, ao se deparar, sem incertezas, com a dureza da realidade nacional. São 12 milhões de desempregados num ambiente econômico de escassas oportunidades de trabalho, baixo nível de investimento e precária infraestrutura para sair do fundo do poço. Uma máquina de gestão que precisa ser posta para funcionar a pleno vapor, para todos os cidadãos, sem os vícios do aparelhamento político e dos privilégios. E tendo pela frente um horizonte conturbado pelo calendário eleitoral, onde muitos já se mexem visando 2018, e por perspectivas de continuidade da crise na economia, no mínimo, até o meio do ano que vem.

A gravidade da situação interna e o tamanho dos desafios que o cercam desaconselhariam, à primeira vista, uma viagem mediata para o outro lado do mundo. O novo presidente, no entanto, escolheu dar início ao novo governo nas vestes de estadista em périplo internacional. Que seja. Tomara que Michel Temer traga da China notícias inspiradoras. Quem sabe da terra dos opostos complementares – ying e o yang – venha um presidente capaz de construir consensos pelo bem coletivo, afastando a chaga da discórdia semeada em prol de alguns (EDITORIAL, 2016).

Bordieu explica que entidades políticas, como o caso do PMDB, tentam buscar alianças e respeitabilidade, sempre guiados por seus interesses particulares, se valendo do capital político acumulado com o processo de impeachment (BORDIEU, 2012). Quando posto sob o prisma de Foucault (1996), apontamos que o tal “resgate da ética na administração pública” é uma espécie de disseminação ideológica e tentativa de controle da discursividade, revelando como retóricas podem ser instrumentalizadas para justificar ações políticas, ou seja, tentam “vender a ideia” de que o impeachment era necessário para o resgate da honestidade.

O texto inicia anunciando a posse de Temer como presidente, após os ritos necessários para o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. O evento é apresentado como consequência lógica de um longo processo iniciado no ano anterior. A narrativa fala sobre a participação do PMDB de Michel Temer nos governos que lhe antecederam, dando destaque ao papel

importante do partido para a manutenção do PT no poder, o que pode levantar debates acerca de lealdade partidária. Em todo caso, o partido do presidente empossado se valeu de sua posição forte no momento para alcançar o cargo máximo da política nacional.

A narrativa imputa ao governo Dilma a deterioração dos serviços públicos e da gestão governamental como um todo, além da falta de diálogo do governo central para com os outros dispositivos políticos, acusando-o de não se ater a padrões éticos e democráticos, mais uma vez, uma justificativa para legitimar o impeachment. Ao citar os desafios vindouros para o novo presidente, assim como o desemprego em alta e infraestrutura deficiente, tenta se imbuir a ideia de futuros sacrifícios pelo bem coletivo. Sacrifícios os quais os governos normalmente não cortam da própria carne.

Assim, fazendo uma análise dos três jornais, a primeira característica é que em todo momento o processo de impeachment de Dilma foi realmente tratado como o processo de impedimento da presidente legal e necessário, não um Golpe para tirá-la do poder. Foi percebido o sexismo no sistema político brasileiro, houve a misoginia e tais aspectos tão importantes e necessários, não foram debatidos, não foi dado enfoque e sequer contestado.

Como foi visto anteriormente, não foi dado enfoque à tese do Golpe. Foi falado em opiniões sucintas de cientistas políticos. O Jornal, *Folha de Pernambuco*, único a dar enfoque ao discurso de despedida de Dilma, falou em golpe, por ter reproduzido suas palavras. O *Jornal do Commercio* cita como um argumento do Partido dos Trabalhadores, mas sem consenso e na análise do discurso do jornal, algo que era inapropriado ou até mesmo sem fundamento.

A imprensa pode ter seu próprio posicionamento político, contudo, não pode desviar do seu objetivo final que é a investigação para poder entregar à sociedade a verdade dos fatos. O objetivo central daquele dia 01/09/2016 foi passar à sociedade que o impeachment fora legítimo, necessário para impedir problemas maiores na permanência de Dilma no poder. Em seu silêncio, os jornais se calaram sobre os 54 milhões de votos recebidos pela presidenta, se calaram sobre a misoginia, sobre os requisitos constitucionais para o processo de impedimento, sobre a postura dos parlamentares no processo de votação do impeachment e sobre a ausência de corrupção relativa à pessoa de Dilma Rousseff.

## **8. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO E SUA APLICAÇÃO**

Foi escolhido formato de cartilha como produto, pois a mesma será destinada ao público em geral, e especialmente para os estudantes do ensino médio (do primeiro ao terceiro ano) e assim, um produto com fotos e colorido, poderá causar um maior interesse visual, bem como com uma leitura mais fácil para o público alvo. É importante que os estudantes tenham ciência da importância dos movimentos sociais, da cultura política em um projeto de educação para poder compreender toda a situação política do país em que vivem.

O que vai dar sentido na proposta educacional é saber a importância dos movimentos sociais, se ter a ideia do que seja cultura política e de que irá contribuir fortemente a projetos educacionais. Na obra serão encontradas reflexões sobre o crescimento da extrema direita no Brasil, os protestos sem foco no ano de 2013, demonstrando como uma revolta sem foco foi instrumentalizada para o surgimento das manifestações e grupos antidemocráticos com as manifestações de junho de 2013, até o impeachment em 2016. Trará em seu bojo as notícias dos jornais como fonte para a coleta de dados para a informação do produto, buscando identificar os pontos de convergência e divergência entre as narrativas criadas e produzidas durante o período de 2013 a 2016.

De acordo com Deuze (2003), existe uma relação entre conteúdo focado em questões editoriais e outro focado na conectividade com o público, ambos diametralmente opostos. Com base nesta afirmativa, serão analisados como os jornais trataram o tema, de que forma foi abordado por cada um deles, haja vista que até ocorrer o Impeachment em 2016 as manifestações não eram tratadas como manifestações antidemocráticas pelos meios de comunicação.

Por fim, a cartilha, em sua parte final, traz uma discussão passado-presente, fazendo jus ao papel do historiador de levar em conta a historicidade dos eventos, bem como para que o leitor tenha subsídios para ter a formação da conscientização da realidade política. A intenção principal é tornar o produto final disponível em escolas, bibliotecas e sites de instituições (educacionais ou não).

Em relação ao objeto que a pesquisa se propõe a estudar, é notório que muitos estudantes sequer tiveram o primeiro contato ou, se tiveram, ainda não foram incentivados a investigar sobre os motivos que os levam a debater sobre os atos antidemocráticos. Assim, as respostas obtidas com a pesquisa poderão contribuir tanto com a academia como para a sociedade,

referente ao combate de informações inverídicas sobre um momento histórico, devendo ser reanalisado sob a perspectiva da historicidade, como forma de garantir a observância dos princípios constitucionais que garantem aos cidadãos seus direitos de acesso à informação

Os ciclos históricos da humanidade normalmente são modificados por consequência de momentos impactantes como uma grande crise ou transformações na humanidade a exemplo do ocasionado com o surgimento de atos antidemocráticos em protestos. Nesse contexto, surge a necessidade de debater, de forma clara, coerente e direta, juntamente com a sociedade, os atos que não poderão ser repetidos no presente e no futuro da nação brasileira.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se presente o papel da mídia em todos os campos deste estudo. Pode-se dizer que seu trabalho, independente de qual posicionamento dos fatos estivesse colocado, foi importante em toda essa trajetória. Com a mídia conhecemos o poder das *fake news*, conhecemos a força da misoginia, dos preconceitos mas também conhecemos e vivenciamos as manifestações sociais, as manifestações antidemocráticas, seus sujeitos e com a construção do *corpus* do que foi analisado, chegamos à análise de como essa mídia noticiou o golpe de 2016, o golpe que traz consequências até os dias atuais.

As manifestações que em princípio, não tinham formato nem partido definido, demonstraram uma força do povo nas ruas, o poder do povo e que com esse poder, se sentiram prontos para protestar contra tudo que lhes desagradassem. Como diz Foucault, “*o poder é uma força criadora capaz de criar relações entre grupos sociais. [...] [Ele] permite que estes grupos criem imagens a respeito de si próprios e se vejam refletidos nestas imagens*” (FOUCAULT, 1996).

Não há dúvida que se trata de um tema rico que envolve outros temas correlatos no seu contexto, saindo da história e envolvendo psicologia, filosofia, direito, etc. Envolve também assuntos como misoginia, uso de mídias sociais na política, o sistema eleitoral brasileiro, instituições públicas, democracia, questões sociais e culturais, entre outras coisas. Entender a importância de uma democracia e os riscos de atos extremistas para o Estado democrático de direito é crucial para uma nação livre e democrática.

Assim, verifica-se uma concatenação de atos que foram gerando consequências maiores, muitas vezes não previstas mas concretas. Manifestações, que trouxeram à extrema direita às praças públicas, que regataram valores existentes na época do regime militar, que lutavam

contra a esquerda e que acabou em um golpe, tirando do poder, uma presidente eleita pelo povo brasileiro.

Analisando parte das três edições visitadas, se captura não só um fragmento da diversidade de posicionamentos e agendas particulares das publicações, como também se rememora a influência da mídia como ferramenta para salvaguardar ou implodir um determinado governo.

O *Jornal do Commercio*, um veículo de longa tradição de apoio a políticas econômicas liberais e umbilicalmente ligado a antigas oligarquias pernambucanas, preparou uma edição que serviu como um autêntico dossiê de desqualificação de Dilma Rousseff, utilizando argumentos detalhados para imputar à presidente deposta toda sorte de problemas que o país enfrentava naquele momento, enfatizando a crise econômica, escândalos e corrupção, dando a entender de forma subliminar que eram problemas oriundos e/ou agravados na tal “era PT”. Fazendo Michel Temer como o depositário de esperança, uma resposta dura, mas necessária aos problemas atribuídos a Dilma, o jornal tenta criar uma narrativa que legitima o impeachment.

Por sua vez, o *Diário de Pernambuco*, apesar de não ter desprezado as críticas à ex-presidenta, deu maior importância a questões relacionadas ao presidente recém-empossado e a economia, alardeando crescimentos econômicos intangíveis, dando a entender que o Brasil “voltaria aos eixos”.

A *Folha de Pernambuco* adotou uma postura aparentemente mais moderada em sua cobertura jornalística, reconhecendo que os problemas da gestão Dilma eram concretos, mas evitou martelar na tecla da necessidade inevitável do impeachment. Em um tom crítico ao processo, lembrando que os problemas não se dissolveram como espumas de ondas do mar na praia, e que pela agenda do novo governo, a dureza da cisão de governos seria sentida pela população e não pelos políticos.

A influência da mídia no período de 2013 à 2016 é inegável, e teve um papel fundamental no cenário político que se formaria nos anos seguintes. A polarização deste período foi exponenciada pela mídia, e se manifestaria de forma concreta nas vindouras eleições, com guinadas políticas inesperadas que alcançaram resultados nem previstos ou desejados até mesmo pela grande mídia, que não mediu esforços para dismantlar o governo Dilma, num cenário em que quando o processo de impeachment parecia “não dar em nada” até mesmo a moeda nacional era desvalorizada, e vice-versa.

A mídia selecionava de forma deliberada como e quais eventos e temas políticos seriam destacados, adotando uma narrativa sensacionalista que influenciou a percepção do grande público, evocando questões impalpáveis como honestidade, integridade, lisura, decência e moralismo como justificativas para um processo de impeachment que apesar de chancelado pela legislação vigente da época, em nada era motivado pelos valores alardeados *ad infinitum* nos discursos dos parlamentares.

Os veículos de informação podem e devem desempenhar seu papel político de servirem de palco para a manifestação de todas as vozes e fiscalizador de ações de qualquer governo que seja, mas, diferente do ocorrido em 2016 e nos anos seguintes, eles jamais devem ser partidários. Apesar de a neutralidade jornalística ser um conceito quase utópico, a missão maior de qualquer veículo de mídia que se entenda como compromissada com a democracia e justiça é fornecer acesso à informação de forma irrestrita e livre de vieses, se desvencilhando da tentação de favorecer determinada agenda ou grupo político em detrimento de outros.

Com esta pesquisa, observa-se que a maior herança dessas manifestações e do Golpe de 2016 foi a ascensão de uma extrema direita que aparenta não estar nenhum pouco preocupada em viver em um país livre e democrático, sendo um movimento político alheio aos direitos humanos, extremamente conservador e que apático aos interesses dos grupos oprimidos, pois o que mais lhe interessa é manter o *status quo* dos grupos de elite. Todos os membros de uma sociedade democrática devem sempre estar atentos, não se esquivando da consciência cidadã e lutar por uma realidade onde a democracia esteja sempre presente, onde tenha espaço para a justiça social.

## **10. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES**

ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

JORNAIS LOCAIS DA CIDADE DE RECIFE:

-DIARIO DE PERNAMBUCO

-JORNAL DO COMMÉRCIO

-REVISTA CARTA CAPITAL

-REVISTA VEJA

-REVISTA ISTO É

DOCUMENTAIS:

-DECRETO LEI AI-5

-LEIS DISPONÍVEIS NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUDIOVISUAIS

-DISCURSOS PARLAMENTARES

OUTRAS:

-REDE SOCIAL INSTAGRAM

-REDE SOCIAL TWITTER

Vídeos do Youtube da jornalista Letícia Duarte;

Documentário: Democracia em Vertigem

Podcast Retrato Narrado (Spotify e Revista Piauí - jornalista Carol Pires)

Podcast “Decodificando o Bolsonarismo” do Projeto História da Ditadura

A Fantástica Fábrica de Golpes

## **11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. 1964-1985**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**, 2ª Ed, São Paulo, Companhia das Letras,

2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar,

2002

BANDEIRA, Anderson. O fim da era PT. Folha de Pernambuco, Recife, ano 19, n. 232, 1 set. 2016. Caderno POLÍTICA, pág. 5.

BENITES, Franco. Trajetória rica em simbolismos. Jornal do Commercio, Recife, ano 98, n. 245, 1 set. 2016. Caderno ESPECIAL, pág. 5.

BITTAR, Marisa. Retórica da responsabilidade: o discurso político do presidente Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

BORDIEU, Pierre. (1996). Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papyrus, 1996.

BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Bertrand Brasil, 2012.

CAPA. Jornal do Commercio, Recife, ano 98, n. 245, 1 set. 2016. Capa, pág. 1

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). **Visões do golpe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro:

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Revista Tempo e

Argumento, vol. 4, núm.1. 2012, p. 5-23.

DIAS, Adriana Brunstein. Discurso e imagem: uma análise semiótica do fotojornalismo de guerra na Folha de S.Paulo. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), PUC-SP, 2019.

DILMA cai e declara guerra a Temer. Folha de Pernambuco, Recife, ano 19, n. 232, 1 set. 2016. Capa.

EDITORIAL. Presidente Temer. Jornal do Commercio, Recife, ano 98, n. 245, pág. 8, 1 set. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. Routledge, 2003.

FONSECA, Francisco. *Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação*. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília. Nº 6. Dezembro de 2011, págs. 44-69.

FERREIRA, **Marieta de M. História do Tempo Presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis (RJ), v.94, n.3, p.111-124, maio-jun. 2000.

FOUCAULT, Michel. (1999). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel: *A ordem do Discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRAMSCI, Antonio: *Cadernos do cárcere - Volume II*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001;

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUCA, Tania Regina de. **“História dos, nos e por meio dos periódicos”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008

MELLO, Patrícia Campos: **A Máquina do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências – Um estudo do caso brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2003.

MOISÉS, José Álvaro e Albuquerque, J. Guilhon (orgs). **Dilemas da consolidação da**

**democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MELO, P. P. C.; BUSTAMANTE, T. R. **Democracia e resiliência no Brasil:** A disputa em torno da Constituição de 1988. JSTOR, 2022.

MONTANINI, Marcelo. Cenário ainda prevê turbulências. Folha de Pernambuco, Recife, ano 19, n. 232, 1 set. 2016. Caderno POLÍTICA, pág. 4.

OLIVEIRA, Chico. (2013). Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. Boitempo Editorial.

PATTO, Rodrigo Sá Motta. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura Militar** **Coleção O Brasil Republicano, O Tempo da Nova República (da Transição Democrática à Crise Política de 2016), Vol. V**, Organizadores: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

REDAÇÃO. Como fica o social. Folha de Pernambuco, Recife, ano 19, n. 232, 1 set. 2016. Caderno COTIDIANO, pág. 1.

REDAÇÃO. Duas sentenças e um precedente. Folha de Pernambuco, Recife, ano 19, n. 232, 1 set. 2016. Caderno POLÍTICA, pág. 1.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, D. A. **Notas para a compreensão do bolsonarismo.** Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e36709, 2020.

SAFATLE, Vladimir. TELES, Edson (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira** / Edson Teles e Vladimir Safatle. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985).** 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. A Herança do Golpe, 2022

R. Teitelbaum, Benjamim – **Guerra pela Eternidade** – O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da Direita Populista, Ed. Unicamp

[https://expresso.pt/blogues/opinioao\\_daniel\\_oliveira\\_antes\\_pelo\\_contrario/brasil-os-perigos-do-antipartidarismo=f815857](https://expresso.pt/blogues/opinioao_daniel_oliveira_antes_pelo_contrario/brasil-os-perigos-do-antipartidarismo=f815857). (Acesso em: 29 jul. 2021).

MEDEIROS, Josué; LOYOLA, Paulo; ANTUNES, Luísa. As eleições presidenciais de 2022, as fake news e a crise da democracia: um breve panorama sobre o embate entre o bolsonarismo e o janonismo cultural. Cadernos Adenauer XXIII (2022), [s. l.], ed. 4, 2023.

FILHO, João. ‘Na ditadura tudo era melhor’. Entenda a maior fake news da história do Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/09/22/na-ditadura-tudo-era-melhor-entenda-a-maior-fake-news-da-historia-do-brasil/>. 2018. Acesso em: 23 set. 2023.

GAMA, Sophia. Guerra de desinformação: as fakenews nas eleições de 2018. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>. 2022 Acesso em: 24 set. 2023.

PAGOTTO, Ronaldo. Ascensão da nova direita nas redes sociais. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ascensao-da-nova-direita-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 24 set. 2023.

FERREIRA, Nelson Toledo. O apartidarismo dos protestos populares no Brasil e os deslocamentos de sentidos de representação política. **CAMBIASSU – EDIÇÃO ELETRÔNICA**, São Luís, ano XIX, ed. 1, Junho 2014.

SILVA, Thiago. **Ascensão do autoritarismo no século XXI e o risco da democracia diante de líderes autoritários**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Direito) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa (org.). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016.